

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	17
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	20
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	21
2.5 Medições não contábeis	23
2.6 Eventos subsequentes as DFs	26
2.7 Destinação de resultados	31
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	33
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	34
2.10 Planos de negócios	35
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	38
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	39
5.2 Descrição dos controles internos	43
5.3 Programa de integridade	49
5.4 Alterações significativas	53
5.5 Outras informações relevantes	54

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. – Condições Financeiras/Patrimoniais Gerais

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 deste anexo são derivadas das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A análise da Administração esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a variação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constitui uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações contábeis e sobre a situação financeira da Companhia.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas no item 10 em geral significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, em nossas demonstrações contábeis ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

Em 11 de janeiro de 2023, conforme divulgado por meio de fato relevante, a Companhia detectou inconsistências em lançamentos contábeis redutores do saldo de fornecedores realizados em exercícios anteriores, incluindo o exercício de 2022.

O Conselho e a nova administração da Companhia, eleita após a destituição dos antigos administradores, iniciaram a análise das inconsistências, sua natureza, magnitude dos seus efeitos, *stakeholders* potencialmente afetados, entre outras questões. Ao mesmo tempo, passaram a avaliar medidas, como a Recuperação Judicial, com o objetivo de proteger as condições financeiras e patrimoniais da Companhia.

Abaixo segue maior detalhamento acerca da Recuperação Judicial da Americanas.

Recuperação Judicial

A despeito dos esforços e das medidas que a administração, em conjunto com seus assessores financeiros e legais, tomaram diante do cenário enfrentado, considerando (i) os desafios da Companhia na interface com credores e fornecedores desde a ocorrência de tais fatos; (ii) a necessidade de atendimento, de forma adequada e organizada, dos interesses de seus credores, acionistas e *stakeholders*; (iii) a redução da posição de caixa disponível à Companhia; e, ainda, (iv) a necessidade de preservação da oferta de serviços de qualidade a seus clientes, dentro dos compromissos assumidos pela Companhia e da manutenção de seu negócio e sua função, a Americanas e suas subsidiárias, nomeadamente JSM Global S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial, e B2W Digital Lux S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial e ST Importações Ltda. – Em Recuperação Judicial (“Recuperandas” e “Grupo Americanas”), ajuizaram, em 12 de janeiro de 2023, tutela de urgência cautelar em caráter antecedente ao pedido de recuperação judicial, com fundamento nos art. 189 e 6º, § 12, da Lei nº 11.101/2005, a qual foi distribuída perante a 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, Brasil (o “Juízo da Recuperação Judicial”), deferida em 13 de janeiro de 2023 a fim de antecipar os principais efeitos da recuperação judicial e, dentre outras medidas, suspender as cláusulas de vencimento antecipado dos contratos celebrados com diversas instituições financeiras e também para determinar a restituição de valores que, eventualmente, já tivessem sido objeto de compensação. Em 19 de janeiro de 2023, o Grupo Americanas apresentou o pedido principal de recuperação judicial (“Recuperação Judicial”), que teve o processamento deferido na mesma data pelo Juízo da Recuperação Judicial, confirmando integralmente a liminar concedida cautelarmente. A Companhia almeja, com o processo de Recuperação Judicial, preservar a prestação de serviço amplo à população, bem como seu compromisso como geradora de milhares de empregos diretos e indiretos, como fonte produtora e de estímulo à atividade econômica, além de ser uma relevante pagadora de tributos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Conforme divulgado em Fato Relevante em 13 de junho, as evidências levantadas pelos assessores jurídicos externos levaram ao entendimento de que havia fraude nas demonstrações financeiras, e não apenas inconsistências como havia sido divulgado em 11 de janeiro. A fraude se dava predominantemente conforme descrito abaixo:

- i. Contratos de VPC (verbas de propaganda cooperada) fictícios eram lançados como redutores de custo de mercadoria vendida, melhorando artificialmente o resultado operacional. A contrapartida era um lançamento redutor da conta de fornecedores;
- ii. Operações financeiras de risco sacado eram contratadas para sanar a necessidade de caixa da Companhia e eram indevidamente lançadas na conta de fornecedores, neutralizando o lançamento de VPCs nesta mesma conta;
- iii. Os encargos financeiros das operações de risco sacado (e capital de giro) eram também indevidamente lançados na conta de fornecedores, não transitando em contas de resultado e majorando o resultado da Companhia; iv. Um grande volume de outras despesas diversas (como folha de pagamento e fretes) eram indevidamente capitalizadas;
- iv. Operações financeiras de capital de giro de curtíssimo prazo, realizadas para apresentar uma posição irreal de caixa ao final dos trimestres, eram indevidamente lançadas na conta de fornecedores e neutralizadas com o lançamento de VPCs fictícios.

Dessa forma, fez-se necessário a reconstrução das Demonstrações Financeiras da Companhia pautada pelas normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards*), utilizadas de forma global, assim como pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (refletidas nos pronunciamentos, orientações e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e normas da CVM), em especial pelo IAS 8 e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, de levantamento de dados, informações históricas, conciliações e análises dos registros contábeis fraudados. Contamos com o auxílio de especialistas externos de investigação forense para verificar o montante dos erros contábeis referentes a fraude nos saldos de abertura do exercício de 2021 bem como do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, assim como dos registros contábeis de 2022 (considerando-se que a Companhia já havia divulgado informações financeiras intermediárias para 2022).

Ao longo do processo de refazimento das Demonstrações Financeiras foi identificada a necessidade de efetuar ajustes contábeis que não são classificados como fraude, mas consequência do conhecimento, nesse momento, da real situação patrimonial e financeira da Companhia e de resultados reais históricos das suas operações, assim como adoção de melhores práticas. A seguir, destacamos os principais ajustes contábeis:

Impactos diretos da fraude

- Reversão de VPCs fictícios;
- Reclassificação de operações de risco sacado;
- Reclassificação das operações de capital de giro;
- Reconhecimento em contas de resultado de encargos financeiros sobre operações de risco sacado e de capital de giro;
- Reconhecimento em contas de resultado das indevidas capitalizações de despesas.

Readequação de práticas contábeis

- Conciliações de contas patrimoniais que apresentavam pendências antigas sem solução;
- Reavaliação do contas a receber;
- Revisão de riscos associados a contingências para assegurar que estejam alinhados com as condições atuais e prováveis obrigações futuras;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- Revisão das bases contratuais de aluguel, considerando ajustes de renovações, extensão do benefício de direito de uso e revisão das taxas de desconto de arrendamento, impactando os ativos de direito de uso e o passivo de arrendamentos, em especial das lojas físicas;
- Reconhecimento, por critério de competência, dos contratos de parcerias.

Temas relacionados ao conhecimento da real performance/resultados históricos a partir da descoberta da fraude

- Reavaliação abrangente dos cálculos de *impairment*, considerando a real situação financeira e patrimonial da Companhia e dos seus resultados históricos, com a provisão de ativos (imobilizado e intangível, incluindo ágio) contra a demonstração de resultado;
- Baixa do imposto de renda diferido ativo, considerando a real expectativa da Companhia em não apurar lucro tributável futuro;
- Reclassificação de empréstimos e financiamentos de longo prazo para o curto prazo;
- Reapuração de impostos em função das correções realizadas, tanto da fraude quanto as de readequação de práticas contábeis.

Em 31 de dezembro de 2022 o perfil do endividamento teve uma deterioração considerável comparado com o endividamento em 31 de dezembro de 2021. No exercício de 2022, a Companhia aumentou significativamente sua dívida bruta, ao mesmo tempo em que reduziu os níveis de caixa e recebíveis, resultando em uma dívida líquida de R\$ 26,3 bilhões, o que representa uma variação de mais de R\$ 12,3 bilhões comparado à 2021.

Devido ao refazimento das Demonstrações Financeiras de 2021, fez-se necessário reclassificar os contratos de risco sacado e empréstimos de capital de giro da conta fornecedores o que aumentou o endividamento em R\$ 15,6 bilhões, totalizando R\$ 27,6 bilhões de capital de terceiros.

Endividamento Consolidado - Em milhões de reais	2022	Reapresentado 2021	Variação 2022 x 2021
Risco Sacado - Curto Prazo	15.910	14.171	1.739
Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	17.386	11.571	5.815
Debêntures de Curto Prazo	5.363	2.149	3.215
Cash Flow Hedge Account	(1.328)	(324)	(1.004)
Endividamento de Curto Prazo	37.331	27.567	9.764
Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	-	-	-
Debênture de Longo Prazo	-	-	-
Endividamento de Longo Prazo	-	-	-
Endividamento Bruto (1)	37.331	27.567	9.764
Disponibilidades	6.073	6.850	(777)
Contas a Receber de Cartão de Crédito	4.972	6.772	(1.800)
Disponibilidades Totais (2)	11.045	13.622	(2.578)
Dívida Líquida (2) - (1)	(26.287)	(13.945)	(12.342)

Em relação às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Americanas em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os auditores independentes emitiram um parecer com abstenção de opinião. Isso significa que, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

para fundamentar a opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, para maiores detalhes verificar o item 2.3 deste Formulário de Referência.

As informações constantes neste item 2 devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações contábeis consolidadas, disponíveis em nosso site (ri.americanas.io) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

a) condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Americanas atua em cinco segmentos operacionais, sendo eles a plataforma digital (Americanas, Submarino e Shoptime), plataforma física (lojas da marca Americanas nos formatos convencional, express, local e Ame Go), varejo *premium* (Imaginarium, MinD, Puket e LoveBrands), serviços financeiros (Ame Digital) e *fresh food*, especializado em frutas, legumes e verduras (Hortifruti Natural da Terra).

Em 2022, a Americanas apresentou um prejuízo líquido de R\$ 12,9 bilhões, o que representa um aumento de 107,0% em relação ao prejuízo líquido de R\$ 6,2 bilhões em 2021. O patrimônio líquido da Americanas em 2022 totalizou um passivo a descoberto de R\$ 26,6 bilhões, uma variação negativa de 111,3% em comparação com o passivo de R\$ 12,6 bilhões em 2021. Essa queda foi impactada principalmente pelo prejuízo acumulado de R\$ 40,8 bilhões em 2022, um aumento de 43,8% em relação ao prejuízo acumulado de R\$ 28,4 bilhões em 2021. A dívida líquida da Americanas em 2022 era de R\$ 26,3 bilhões, um aumento de 88,5% em relação ao valor de R\$ 13,9 bilhões em 2021.

b) estrutura de capital:

Diante do atual cenário de Recuperação Judicial da Americanas S.A, é crucial ressaltar que a Companhia tem adotado um plano estratégico para fortalecer sua estrutura de capital e restaurar sua saúde financeira. Este plano inclui a renegociação de dívidas, a busca por novas fontes de financiamento e a otimização dos custos operacionais, visando garantir a sustentabilidade de suas operações a longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social era composto por 902.529.503 ações ordinárias, nominativas e escriturais, sem valor nominal, e de 904.652.040 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2022 o capital de terceiros aumentou em R\$9,8 bilhões atingindo o total de R\$ 37.3 bilhões, o que se deve principalmente à captação de empréstimos e financiamentos e emissão de debêntures.

Estrutura de Capital - Em milhões de reais	2022	Reapresentado 2021
Risco sacado	15.910	14.171
Capital de terceiros ¹	22.750	13.720
Cash Flow Hedge Account ²	(1.328)	(324)
Total capital de terceiros	37.331	27.567
Passivo a descoberto	(26.667)	(12.622)
Cash Flow Hedge Account ³	941	248
Total do Passivo a descoberto líquido	(25.726)	(12.374)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Financiamento total	11.605	15.193
Relação capital de terceiros sobre Financiamento total	321,7%	181,4%
Relação passivo a descoberto líquido sobre Financiamento total	-221,7%	-81,4%

⁽¹⁾ Corresponde a soma de empréstimos e financiamento e debêntures circulante e não circulante.

⁽²⁾ A Companhia optou por adotar a metodologia Cash Flow Hedge Account nas debêntures (emissão dos bonds). Pelos princípios contábeis desta metodologia, o objeto do hedge é marcado a mercado no endividamento por custo amortizado, com contrapartida no Patrimônio Líquido. Para melhor comparabilidade entre os períodos, o capital de terceiros ajustado deve ser considerado excluindo esse efeito.

⁽³⁾ Cash Flow Hedge Account líquido dos efeitos tributários.

	2022	Reapresentado 2021
Capital social	15.430	14.883
Adiantamento para futuro aumento de capital	1	-
Reservas de capital	147	262
Reservas de lucros	-	1.213
Outros resultados abrangentes	(1.401)	(347)
Ações em tesouraria	-	(228)
Prejuízos acumulados	(40.844)	(28.405)
Passivo a descoberto	(26.667)	(12.622)

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a posição total de disponibilidades e contas a receber da Companhia era de R\$ 11,5 bilhões e de R\$ 13,9 bilhões, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia detinha em disponibilidades totais (Caixa e equivalentes de Caixa, Títulos e valores mobiliários e Contas a Receber de Cartão de Crédito) o montante de R\$ 11,0 bilhões comparado aos R\$ 13,6 bilhões de 31 de dezembro de 2021.

Em 2021, tivemos: (i) a 2ª emissão de Certificado de Recebíveis de Agronegócios ("CRA") de longo prazo, com a captação de R\$ 175 milhões. Em 2022: (i) a 17ª Emissão – Lame A7 de debêntures de longo prazo, com a captação de R\$ 2 bilhões; (ii) a 18ª Emissão – Lame A8 de debêntures de longo prazo, com a captação de R\$ 1 bilhão.

Em relação aos compromissos financeiros assumidos em relação a empréstimos e financiamentos e debêntures, a Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas de dívida (*Debt Covenants* e *Cross Default*) constantes de alguns contratos de debêntures. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção de certos índices financeiros. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a Companhia não atendeu os índices, desta forma, os passivos atrelados a estes instrumentos foram reclassificados para o passivo circulante.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

As principais fontes de financiamento da Companhia para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas ao longo dos últimos dois exercícios sociais foram: (i) geração de caixa por meio da sua operação, (ii) linhas de empréstimos com os principais bancos locais e estrangeiros, além da parceria de bancos e agências de fomento para o financiamento de seus projetos de expansão e inovação, (iii) desconto de recebíveis de cartão de crédito, ou

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

seja, antecipação do fluxo de recebimento das vendas que foram realizadas por meio de cartões de crédito, pelo qual a Companhia é descontada por uma taxa acordada. Este tipo de operação pode ser realizado por meio das administradoras de cartão, dos bancos, do FIDC Fênix II, ficando esta decisão a critério da Companhia, e (iv) aportes de capital realizados pelos acionistas.

Em 2022, o capital de giro da Companhia apresentou uma piora de R\$ 1,2 bilhão em comparação à 2021, devido à uma redução dos recebíveis não sendo suficientes para compensar a redução do financiamento dos estoques, dessa forma em 31 de dezembro de 2022 o capital de giro da Americanas era de R\$ 2,5 bilhões, enquanto em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 1,3 bilhão.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que a Companhia pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Nos exercícios de 2022 e 2021 foram feitas as captações supracitadas no item c, para permitir que a Companhia financiasse suas necessidades de liquidez.

f) níveis de endividamento e características das dívidas

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é o de assegurar a continuidade de suas operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ela associados.

A Companhia monitora os níveis de endividamento através do índice de Dívida Líquida/EBITDA, o qual no seu entendimento representa, de forma mais apropriada, a sua métrica de endividamento, pois reflete as obrigações financeiras consolidadas líquidas das disponibilidades imediatas para pagamentos, considerada sua geração de caixa operacional.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Contratos de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras:

Segue abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos na visão consolidada:

Em milhões de reais	2022	2021
Em moeda nacional		
Capital de giro	980	978
Capital de giro	6.497	2.561
BNDES (i)	-	1
BNDES (i)	131	163
BNDES (i)	1	3
BNDES (i)	538	714
FINEP	40	47
FINEP/BNB	50	62
Operações de swap	5	(1)
Cotas FIDC	2.129	1.046
Em moeda estrangeira		
Empréstimo Estrangeiro – dólar	324	309
Operações de swap	(61)	(93)
Bond's JSM (ii)	2.614	2.796
Operações de swap (US\$)	742	72
Bond's JSM (ii)	2.634	2.818
Operações de swap (US\$)	966	233
Custo com as captações (IOF e outras)	(204)	(138)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Parcela do circulante

17.386

11.571

(i) Financiamentos do BNDES relacionados ao programa FINEM (abertura e reforma de lojas, logística e tecnologia), FINAME (aquisição de máquinas e equipamentos) e PEC (Capital de Giro);

(ii) As operações em moeda estrangeira encontram-se protegidas contra oscilações de câmbio, por intermédio de instrumentos financeiros derivativos de swap;

(iii) Representa o saldo de cotas sênior do Fundo Fênix - FIDC.

BNDES

O contrato com o BNDES previa que os recursos do financiamento fossem investidos em inovação do varejo digital, eficiência energética, criação e fortalecimento de marcas próprias, ampliação da capacidade de armazenagem e distribuição e capital de giro.

O saldo devedor total dos contratos supracitados de financiamento com o BNDES era de R\$ 670,6 milhões em 31 de dezembro de 2022.

FINEP

O contrato com a FINEP previa que os recursos do financiamento fossem investidos em projetos de inovação de natureza tecnológica, com foco em desenvolvimento de produto e/ou criação ou aprimoramento de processos. Os créditos concedidos contam com seguro garantia.

O saldo devedor do financiamento com a FINEP era de R\$ 89,4 milhões em 31 de dezembro de 2022

Capital de giro

A Companhia obtém empréstimos de capital de giro junto às principais instituições financeiras do país, substancialmente indexados à variação do CDI (124% CDI e CDI + 1,8% a 3,9% a.a).

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de empréstimo de capital de giro da Companhia era de R\$ 7,5 bilhões.

FIDC

O Fênix Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Varejo II ("FIDC Fênix II") tem a finalidade de adquirir direitos de crédito de titularidade da Companhia ("Cedente"), originários das vendas, por meio de cartões de crédito, realizadas pela Cedente aos seus clientes. O FIDC Fênix II tem prazo de duração de 20 (vinte) anos, prorrogáveis mediante decisão da Assembleia Geral de Cotistas (AGC), sendo que cada emissão/série de quotas terá prazo de vencimento de 5 (cinco) anos. Em 14 de fevereiro de 2019, foram iniciadas as operações do FIDC Fênix II, e a amortização final está programada para o 60º (sexagésimo) mês. Conforme AGC realizada em 10 de novembro de 2021, a data de resgate final das cotas passou a ser 14 de dezembro de 2025. Em 18 de fevereiro de 2022 o Fundo emitiu mais 1.081.100 cotas com valor nominal unitário de R\$ 1 (mil reais), sendo 1.000.000 cotas seniores com rentabilidade alvo teto correspondente a CDI + 1,5% da variação do DI e 81.100 cotas subordinadas de propriedade da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de FIDC da Companhia era de mais de R\$ 2,1 bilhões.

Operações de SWAP

A Companhia utiliza-se de swaps tradicionais com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações da moeda Real (R\$) perante estas captações de recursos em moeda estrangeira.

A contraparte desses swaps tradicionais é a instituição financeira provedora dos empréstimos em moeda estrangeira (dólares americanos). Essas operações de swap referenciados em CDI

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

visam anular o risco cambial, transformando o custo da dívida para moeda e taxa de juros locais, a uma taxa de CDI + 4,06 a 4,62% ao ano.

Os contratos de swap possuíam, em 31 de dezembro de 2022, um saldo de R\$ 869,3 milhões no consolidado. Com a maior desvalorização da moeda Real (R\$), o swap que em dezembro de 2021 estava com ponta passiva no valor de R\$ 215,5 milhões, em dezembro de 2022 passou para uma ponta passiva no valor de R\$ 262,3 milhões. Essas operações estão casadas em termos de valor, prazos e taxas de juros. Nesse tipo de operação não existem cláusulas contratuais de chamada de margem.

Emissão de Títulos Representativos de Dívida (Bonds)

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo total dos Bonds era de mais de R\$ 5,2 bilhões reconhecidos no balanço patrimonial consolidado. Os encargos financeiros reconhecidos pela controlada no exercício são de R\$ 472 milhões registrados na demonstração do resultado consolidado da Companhia.

Empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento Emissão de debêntures pela Americanas

As emissões ainda vigentes, em 2022 eram: 5ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª e 18ª e a 2ª emissão do CRA foi realizada feita pelo Hortifruti (antes da incorporação do mesmo).

Em julho de 2022, foi aprovada a 17ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos. O montante total da operação foi de R\$2,0 bilhões, destinados ao alongamento do perfil de endividamento da Companhia, no âmbito da gestão ordinária de seus negócios. Seu prazo de vencimento é em 2033.

Em outubro de 2022, foi aprovada a 18ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos. O montante total da operação foi de R\$1,0 bilhão, destinados ao alongamento do perfil de endividamento da Companhia, no âmbito da gestão ordinária de seus negócios. Seu prazo de vencimento é em 2027.

Em milhares de reais	Data de emissão	Vencimento	Tipo de emissão	Títulos em circulação	Valor de emissão	Encargos Financeiros Anuais	2022	2021
13ª Emissão – Lame A3	10.01.2019	10.01.2026	Pública	20.895	1.000.000	116,7% do CDI	224	216
14ª Emissão – Lame A4	18.05.2020	18.05.2023	Pública	50.000	500.000	CDI + 3%	509	507
15ª Emissão – Lame A5	02.06.2020	02.06.2023	Pública	50.000	500.000	CDI + 3%	506	505
16ª Emissão – Lame A6	15.09.2020	15.10.2030	Pública	3.100.000	3.100.000	IPCA + 7,4%	349	330
Operações de Swap - 16ª Emissão	15.09.2020	15.10.2030	-	-	-	CDI + 4,62%	(15)	(19)
17ª Emissão – Lame A7	08/07/2022	15/07/2033	Pública	200.000	2.000.000	CDI + 2,750%	2.154	-
18ª Emissão – Lame A8	20/10/2022	20/10/2027	Pública	100.000	1.000.000	CDI+1,55%	1.020	-
5ª Emissão pública	15.11.2020	15.12.2030	Pública	3.100.000	3.100.000	IPCA + 6,957%	486	460
Operações de Swap - 5ª Emissão	15.11.2020	15.12.2030	-	-	-	CDI + 4,072%	(15)	(14)
2ª Emissão - Hortifruti	15.03.2021	16.03.2026	Privada	175.000	175.000	IPCA + 5,083%	206	188
Custo com captações (IOF e outras)							(61)	(24)
Parcela do circulante							5.363	2.149

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Segue abaixo as descrições das debêntures emitidas e que ainda estão em vigor:

Natureza	14ª emissão Lame A4	15ª emissão Lame A5	16ª emissão Lame A6	17ª emissão Lame A7	18ª emissão Lame A8	5ª Emissão Pública	2ª Emissão Privada
Data de emissão	18/05/2020	02/06/2020	15/09/2020	08/07/2022	20/10/2022	15/11/2020	15/03/2021
Data de vencimento	18/05/2023	02/06/2023	15/10/2030	15/07/2033	20/10/2027	15/12/2030	12/03/2026
Quantidade emitida (em milhares reais)	50.000	50.000	3.100.000	200.000	100.000	3.100.000	175.000
Valor unitário (Em reais)	R\$ 10.000	R\$ 10.000	R\$ 1.000	R\$ 10.000	R\$ 10.000	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Índice financeiro para cálculo de covenants	Dívida líquida consolidada / EBITDA ≤ 3,5	Dívida líquida consolidada / EBITDA ≤ 3,5	Não há	Não há	Não há	Não há	Dívida líquida consolidada / EBITDA ≤ 3,5
Encargos financeiros anuais	100,0% do CDI (base 252) + 3,0%	100,0% do CDI (base 252) + 3,0%	IPCA + 7,4% (base 252)	CDI + 2,75%	CDI + 1,55%	IPCA + 6,957% (base 252)	IPCA + 5,083%
Conversibilidade	simples, não convertíveis em ações	simples, não convertíveis em ações	simples, não convertíveis em ações	simples, não convertíveis em ações	simples, não convertíveis em ações	simples, não convertíveis em ações	simples, não convertíveis em ações
Tipo e forma	nominativas e escriturais	nominativas e escriturais	nominativas e escriturais	nominativas e escriturais	nominativas e escriturais	nominativas e escriturais	nominativas e escriturais
Amortização do valor principal	Amortização no vencimento	Amortização no vencimento	Amortização no vencimento	15/07/2031 – 33,33% 15/07/2032 – 16,67% 15/07/2033 – 50,00%	Amortização no vencimento	Amortização no vencimento	13/03/2024 12/09/2024 13/03/2025 11/09/2025 12/03/2026
Pagamento dos juros remuneratórios	18 de maio e 18 de novembro de cada ano	02 de junho e 02 de dezembro de cada ano	15 de outubro e 15 de abril de cada ano	15 de janeiro e 15 de julho de cada ano	20 de abril e 20 de outubro de cada ano	15 de dezembro e 15 de junho de cada ano	11 a 13 de setembro e 11 a 13 de março de cada ano
Garantias	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária
Repactuação	não possui	não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possuía outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas neste documento e nas Demonstrações Contábeis e respectivas notas explicativas.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas. Com efeito, as dívidas da Companhia que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Note-se que, em eventual concurso universal de credores, após a realização do ativo da Companhia, serão satisfeitos, nos termos da lei, os créditos trabalhistas, previdenciários e fiscais, com preferência em relação aos credores que contem com garantia real, bem como sobre os demais credores quirografários.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas de dívida (*debt covenants*) constantes dos contratos de empréstimo e financiamentos e das escrituras de emissão de debêntures. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção de certos índices financeiros, calculados com base nas demonstrações contábeis divulgadas pela Administração. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a Companhia não atendeu os índices, desta forma, os passivos atrelados a estes instrumentos foram reclassificados para o passivo circulante.

Cálculo de índices financeiros (*covenants*) aplicáveis às emissões de debêntures

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em alguns dos seus contratos financeiros de debêntures, a Companhia está sujeita ao índice financeiro Dívida Líquida Consolidada / EBITDA Ajustado menor ou igual a 3,5x, a ser verificado trimestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas Informações Trimestrais consolidadas divulgadas regularmente pela Companhia.

Para fins de cálculo do índice financeiro, aplicam-se as seguintes definições:

“Dívida Líquida Consolidada” significa o somatório de todas as dívidas financeiras consolidadas da Companhia junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional, os valores referentes às ações resgatáveis da Companhia, bem como o diferencial a pagar por operações com derivativos menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras), do Contas a Receber de cartão de crédito e do Contas a Receber de Fundo(s) de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC (quando consolidados), estes dois últimos com deságio de 5% (cinco por cento) para a 13ª emissão e 1,5% (um e meio por cento) para a 14ª e 15ª emissão, e o diferencial a receber por operações com derivativos. Ratifica-se que, para o cálculo da Dívida Líquida Consolidada, serão considerados os efeitos de FIDC consolidados nas Demonstrações Financeiras da Emissora, enquanto os FIDC não consolidados não serão considerados.

“EBITDA Ajustado” significa o somatório (a) do lucro operacional consolidado da Companhia antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações; (b) da depreciação e amortizações consolidadas da Companhia ocorridas no mesmo período; (c) das outras receitas (despesas) operacionais consolidadas, ocorridas no mesmo período; (d) das despesas financeiras consolidadas deduzidas das receitas financeiras consolidadas da Companhia do mesmo período; e (e) da equivalência patrimonial. O resultado do somatório dos subitens (a), (b), (c), (d) e (e) deste parágrafo será apurado para os últimos 12 (doze) meses e calculado na data do mais recente balancete trimestral da Companhia. Para fins desta definição e da consequente apuração do Índice Financeiro, deverão ser ignorados os eventuais efeitos do cálculo do ajuste a valor presente – AVP (artigo 184 da Lei das Sociedades por Ações). O EBITDA Ajustado considerado será o EBITDA Ajustado acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

“Resultado Financeiro Líquido Consolidado” significa as receitas financeiras consolidadas da Companhia menos as despesas financeiras consolidadas da Companhia; o resultado da subtração prevista neste parágrafo será apurado para os últimos 12 meses e calculado na data do mais recente balancete trimestral da Companhia. Para fins desta definição e da consequente apuração dos Índices Financeiros, deverão ser ignorados os eventuais efeitos do cálculo do ajuste a valor presente – AVP (artigo 184 da Lei das Sociedades por Ações), o efeito do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS e o efeito do IFRS 16/CPC 06.

Cálculo de índices financeiros (covenants) aplicáveis aos contratos de capital de giro

Nos termos de certos contratos de capital de giro, a Companhia está sujeita ao índice financeiro Dívida Líquida Consolidada / EBITDA Ajustado menor ou igual a 3,5x, a ser verificados trimestralmente ou semestralmente pelas instituições credoras com base nas Informações financeiras consolidadas divulgadas regularmente pela Companhia.

Outras Restrições e Limitações impostas pelos Contratos Financeiros

A Companhia possui cláusulas de vencimento antecipado em linha com as usuais do mercado, embora não sejam aplicáveis integralmente a todos os Contratos Financeiros.

Caso ocorram eventos que gerem possibilidade de vencimento antecipado, a aplicação destas cláusulas não é imediata, dependendo, ainda, de análise prévia e efetiva aplicação pelo credor caso identifique real risco de liquidação financeira. Destacamos a seguir as principais cláusulas de vencimento antecipado encontradas nos Contratos Financeiros da Companhia: (a) insolvência; (b) ocorrência de protesto legítimo de títulos de valor relevante; (c) “cross default”; (d) alteração substancial do objeto social; (e) alteração do controle acionário da Companhia, exceto caso haja manutenção de pelo menos um de seus integrantes; (f) ocorrência de sentença condenatória transitada em julgado por motivo de práticas de corrupção, trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo, ou proveito criminoso da prostituição; e (g) não atendimento, por

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

eventual avalista, do índice financeiro, medido pela divisão da Dívida Líquida Consolidada pelo EBITDA Ajustado, menor ou igual a 3,5.

Conforme divulgado em 16 de novembro de 2023, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou um EBITDA negativo de R\$ 6,2 bilhões, não possibilitando, portanto, o cálculo do *covenants* apurado para o ano, que é medido pelo índice financeiro Dívida Líquida Consolidada / EBITDA Ajustado.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2022, possuíamos um total de mais de R\$ 22,7 bilhões de empréstimos, financiamentos e debêntures. No final do exercício social de 2022, não havia nenhum financiamento contratado e não utilizado.

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Descrição das principais linhas do nosso resultado

• Receita Líquida

A receita líquida da Companhia é composta, majoritariamente, por revenda de mercadorias, franquias e intermediação de serviços.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

• Impostos e Devoluções sobre Vendas

ICMS

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS é um tributo estadual incidente sobre a receita bruta em cada etapa da cadeia de produção e comercialização.

As alíquotas internas de ICMS variam entre 7% e 25% conforme a legislação de cada estado e região brasileira (Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste).

PIS e COFINS

Sobre a receita de venda de mercadorias e serviços incidem as alíquotas de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS para o regime não cumulativo, podendo descontar créditos auferidos em compras e outras despesas.

Para os serviços enquadrados no regime cumulativo, as alíquotas aplicáveis são de 0,65% para o PIS e 3% para a COFINS.

• Devoluções sobre Vendas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os montantes relativos às devoluções de vendas efetuadas são registrados como deduções da receita operacional bruta.

- **Custo das Mercadorias e serviços vendidos**

O custo das mercadorias vendidas é apurado com base no custo médio de aquisição registrado na data de transferência de controle do ativo comercializado. Além disso, contabilizamos como custo os gastos necessários para a prestação dos serviços de entrega.

- **Despesas com Vendas**

Nossas despesas com vendas são decorrentes, principalmente, das operações diretamente ligadas a operação de e-commerce e de varejo físico. As principais despesas são: pessoal, ocupação, tarifas e comissões, distribuição e marketing.

- **Despesas Gerais e Administrativas**

As despesas gerais e administrativas são incorridas no gerenciamento e suporte das atividades operacionais. As principais despesas gerais e administrativas da Companhia são os gastos com pessoal, a depreciação e amortização dos investimentos realizados.

- **Outras Receitas (Despesas) Operacionais**

As outras receitas (despesas) operacionais consistem basicamente em provisões para contingências, despesas com planos de ações, alienação de ativo e baixa por *impairment*.

- **Resultado Financeiro**

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. As receitas financeiras correspondem, principalmente, os juros e variações monetárias de aplicações em títulos e valores mobiliários e descontos financeiros. As despesas financeiras são formadas, basicamente, pelos juros e variação monetária sobre financiamentos e despesas com antecipações de recebíveis.

- **Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido**

A provisão para imposto sobre a renda e contribuição social está relacionada ao lucro tributável dos exercícios, sendo as alíquotas para as atividades de varejo de 25% para IRPJ e 9% para CSLL. A alíquota efetiva da Companhia é composta por Imposto de renda e Contribuição social corrente e diferidos conforme as melhores práticas contábeis.

Em relação às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Americanas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 reapresentado, os auditores independentes emitiram um parecer com abstenção de opinião. Isso significa que, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar a opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, para maiores detalhes verificar o item 2.3 deste Formulário de Referência.

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

RESULTADOS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADOS COM 2021

	2022	A.V.%	2021	A.V.%	2022X2021 A.H.%
Receita operacional líquida	25.808,9	100,0	22.521,2	100,0	14,6
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(20.785,2)	(80,5)	(18.630,2)	(82,7)	11,6
LUCRO BRUTO	5.023,7	19,5	3.891,0	17,3	29,1

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesas com vendas	(4.855,8)	(18,8)	(4.401,7)	(19,5)	10,3
Despesas gerais e administrativas	(4.183,6)	(16,2)	(2.044,5)	(9,1)	104,6
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(3.801,3)	(14,7)	(1.851,4)	(8,2)	105,3
Resultado financeiro	(5.232,0)	(20,3)	(1.582,2)	(7,0)	230,7
Resultado de equivalência patrimonial	6,7	0,0	(83,8)	(0,4)	108,0
Imposto de renda e contribuição social	130,8	0,5	(164,6)	(0,7)	179,5
Prejuízo do exercício	(12.911,5)	(50,0)	(6.237,4)	(27,7)	(107,0)

Receita operacional líquida

	2022	2021	2022 x 2021 A.H.%
Receita operacional líquida	25.808,9	22.521,2	14,6

A receita operacional líquida para o exercício findo de 31 de dezembro de 2022 aumentou em R\$3,3 bilhões ou 14,6%, de R\$22,5 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, para R\$25,8 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Essa variação ocorreu principalmente devido a melhora do desempenho em vendas do segmento de varejo físico. O segmento apresentou, em 31 de dezembro de 2021 uma receita operacional líquida de R\$7,0 bilhões para uma receita bruta de R\$ 12,8 bilhões em 31 de dezembro de 2022. No que diz respeito à linha de receita líquida, houve uma redução de aproximadamente R\$ 175 milhões, com relação ao valor anteriormente divulgado. Grande parte desse ajuste se refere a receitas de serviços que haviam sido antecipadas contabilmente de forma inapropriada e não reconhecidas, até então, pelo critério de competência.

Custo das mercadorias e serviços vendidos

	2022	2021	2022 x 2021 A.H.%
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(20.785,2)	(18.630,2)	11,6%

O Custo das mercadorias e serviços vendidos para o exercício findo de 31 de dezembro de 2022 aumentou em R\$2,2 bilhões ou 11,6%, de R\$18,6 bilhões no exercício findo de 31 de dezembro de 2021, para R\$20,8 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A variação se deu, principalmente, pelo aumento das vendas do canal físico. Em relação ao exercício de 2021, em função dos ajustes contábeis necessários para o desfazimento dos contratos fictícios de VPC, o custo de mercadoria vendida (CMV) foi reduzido em relação aos valores anteriormente divulgados.

Lucro bruto

	2022	2021	2022 x 2021 A.H.%
Lucro bruto	5.023,7	3.891,0	29,1

O Lucro bruto para o exercício findo de 31 de dezembro de 2022 aumentou em R\$1,1 bilhão ou 29,1%, de R\$3,9 bilhões no exercício findo de 31 de dezembro de 2021, para R\$5,0 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O lucro bruto representa, no exercício de 2022, uma margem de 19,5%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

da Receita Líquida, comparado à margem de 17,3% do Lucro Bruto de 2021 em relação à Receita Líquida obtida em 2021.

Despesas com vendas

	2022	2021	2022 x 2021 A.H.%
Despesas com vendas	(4.855,8)	(4.401,7)	10,3

As despesas com vendas para o exercício findo de 31 de dezembro de 2022 aumentaram em R\$454,1 milhões ou 10,3%, de R\$4,4 bilhões no exercício findo de 31 de dezembro de 2021, para R\$4,9 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A variação está relacionada ao aumento das vendas da Companhia no exercício de 2021, e também sofreu impacto relacionado ao correto lançamento de determinadas despesas antes indevidamente capitalizadas, como folha de pagamento, frete e reconciliação de créditos tributários.

Despesas gerais e administrativas

	2022	2021	2022 x 2021 A.H.%
Despesas gerais e administrativas	(4.183,6)	(2.044,5)	104,6

As despesas gerais e administrativas para o exercício findo de 31 de dezembro de 2022 aumentaram em R\$2,1 bilhões ou 104,6%, de R\$2,0 bilhões no exercício findo de 31 de dezembro de 2021, para R\$4,2 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A variação está relacionada ao correto lançamento de determinadas despesas antes indevidamente capitalizadas, como folha de pagamento, frete e reconciliação de créditos tributários.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	2022	2021	2022 x 2021 A.H.%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(3.801,3)	(1.851,4)	105,3

As Outras receitas (despesas) operacionais líquidas para o exercício findo de 31 de dezembro de 2022 aumentaram em R\$1,9 bilhões ou 105,3%, de R\$1,9 bilhões no exercício findo de 31 de dezembro de 2021, para R\$3,8 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A variação se dá, principalmente, pela avaliação anual da realização dos seus ativos não circulantes e ágio, que resultou no exercício de 2022 em baixas significativas nos valores contábeis de alguns ativos. Em especial aqueles adquiridos ou desenvolvidos recentemente, sendo os mais relevantes em HNT, Uni.co e Ame. O valor total do lançamento extraordinário de baixa desses ativos foi de R\$ 2,4 bilhões. No que diz respeito ao exercício de 2021, o principal ajuste nessa linha da demonstração de resultado se refere ao *impairment* no valor de R\$1,7 bilhão. Esse valor é composto pela baixa do ágio no valor de R\$ 409 milhões contabilizado nas aquisições da BWU, Skoob, Submarino e Supermercado Now e de R\$ 1,3 bilhão referente à baixa do ativo intangível e imobilizado majoritariamente advindos do negócio digital (antiga B2W).

Resultado financeiro

	2022	2021	2022 x 2021 A.H.%
Resultado financeiro	(5.232,0)	(1.582,2)	230,7

O Resultado financeiro para o exercício findo de 31 de dezembro de 2022 aumentou em R\$3,6 bilhões ou 230,7%, de R\$1,6 bilhões no exercício findo de 31 de dezembro de 2021, para R\$5,2 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A variação é decorrente do alto custo de serviço da dívida da Companhia, da adequada contabilização das despesas de juros dos contratos de risco sacado e de capital de giro e pela adoção de premissas mais apropriadas adotadas pela Companhia para o cálculo

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de arrendamentos, conforme o IFRS 16, no que diz respeito aos contratos de aluguel, passando a incorporar um período de renovatória.

No que diz respeito ao ano de 2021 e sua reapresentação, a despesa financeira, excluindo encargos sobre leasing, foi ajustada em R\$ 940 milhões em relação ao valor divulgado anteriormente. O ajuste mais relevante foi a reclassificação para esta conta dos juros de risco sacado no valor de R\$ 915 milhões, que estavam capitalizados na conta fornecedor.

Importante notar que o ajuste do encargo de arrendamento de aproximadamente R\$ 449 milhões é resultado da adoção de premissas mais apropriadas do IFRS 16 referentes a contratos de aluguel, passando a incorporar um período de renovatória, em função do histórico da Companhia. Isso também gerou um aumento do passivo de arrendamento de imóveis, mas com contrapartida de incremento em nosso ativo relacionado ao direito de uso dos mesmos.

Os R\$ 579 milhões de ajuste na receita financeira referem-se à atualização monetária da base de créditos a recuperar, provocadas por pagamentos de impostos indevidos relativos aos lucros de anos anteriores

Imposto de renda e contribuição social

	2022	2021	2022 x 2021 A.H.%
Imposto de renda e contribuição social	130,8	(164,6)	179,5

O Imposto de renda e contribuição social para o exercício findo de 31 de dezembro de 2022 reduziu em R\$295,4 milhões ou 179,5%, de uma despesa de R\$164,6 milhões no exercício findo de 31 de dezembro de 2021, para uma receita de R\$130,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A variação ocorrida na rubrica diz respeito à baixa do imposto de renda diferido ativo, considerando a real expectativa da Companhia em não apurar lucro tributável futuro;

Lucro (Prejuízo) líquido do exercício

	2022	2021	2022 x 2021 A.H.%
Prejuízo do exercício	(12.911,5)	(6.237,4)	(107,0)

O Prejuízo do exercício para o exercício findo de 31 de dezembro de 2022 aumentou em R\$6,7 bilhões ou 107,0%, de R\$6,2 bilhões no exercício findo de 31 de dezembro de 2021, para R\$12,9 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, se deve aos fatores citados anteriormente.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

	Consolidado		
Caixa líquido gerado (aplicado)	2022	2021	2022 x 2021 A.H.%
Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais	(6.207,6)	(2.564,6)	142,0
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	(322,1)	3.527,4	(109,1)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	6.380,7	(4.970,9)	228,4
Redução de caixa e equivalente de caixa	(149,0)	(4.008,1)	(96,3)

Atividades Operacionais

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os fluxos de caixa aplicados nas atividades operacionais aumentaram R\$ 3,6 bilhões ou 142%, passando de R\$2,6 bilhões em dezembro de 2021 para R\$6,2 bilhões em dezembro de 2022. O aumento no caixa aplicado nas atividades operacionais se deve principalmente ao aumento das despesas administrativas e aumento das despesas financeiras

Atividades de Investimento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os fluxos de caixa gerados nas atividades de investimento reduziram em R\$ 3,8 bilhões ou 109,1%, passando de um caixa gerado de R\$3,5 bilhões em dezembro de 2021 para um caixa aplicado de R\$322,1 milhões em dezembro de 2022. A variação é decorrente da incorporação do acervo cindido de Lojas Americanas pela Companhia em 11 de junho de 2021, o caixa líquido incorporado em 31 de dezembro de 2021 foi no montante de R\$ 5,5 bilhões, este montante foi compensado parcialmente pelo valor pago em combinações de negócios e ajuste de preço no montante de R\$ 2,3 bilhões.

Atividades de Financiamento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os fluxos de caixa aplicados nas atividades de financiamento reduziram em R\$ 11,4 bilhões ou 228,4%, passando de um caixa aplicado de R\$5,0 bilhões em dezembro de 2021 para um caixa gerado de R\$6,4 bilhões em dezembro de 2022. A variação decorre de, no exercício de 2021, a amortização dos empréstimos ter sido superior as captações, no montante de R\$ 4,8 bilhões. No exercício de 2022, as captações dos empréstimos foram superiores as amortizações na ordem de R\$ 7,4 bilhões.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. – Resultado Operacional e Financeiro

a) resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita;

A Americanas tem presença em cinco segmentos operacionais: plataformas física e digital, varejo *premium* (Uni.co), *fresh food* (HNT), além de serviços financeiros por meio da Ame Digital.

Na plataforma física, a Companhia se dedica ao comércio de produtos de consumo, por meio das lojas que faziam parte de sua malha no exercício social findo em 2022, através das lojas físicas da marca Americanas, do segmento de *fresh food*, pela rede Hortifrutti Natural da Terra e das franquias do varejo *premium*, através da Uni.co, detentora das marcas Puket, Imaginarium, MinD e LoveBrands. Em 2022, estes três segmentos, apresentaram crescimento de receita líquida comparado à 2021, que alcançaram o total de R\$ 12,8 bilhões, R\$ 2,0 bilhões e R\$ 145,3 milhões, respectivamente.

No varejo digital, as receitas de vendas de mercadorias e serviços são reconhecidas quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações, ou seja, quando ocorre a transferência do controle. Para casos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada não ocorrerá. Os pedidos de venda aprovados pelas administradoras de cartões de crédito, cujos produtos ainda não foram faturados, nem entregues aos clientes, e as vendas de vales-presentes, que se encontram em poder dos clientes e que serão utilizados futuramente, são registrados como "Adiantamento recebido de clientes" no passivo circulante. Além da venda direta de mercadorias online, a Companhia também opera por meio do marketplace, em que figura como intermediária e recebe uma comissão sobre as vendas realizadas por terceiros. Em 2022, a receita líquida da operação digital foi de R\$ 12,1 bilhões, uma queda quando comparado aos R\$ 16,5 bilhões em 2021.

Além dos segmentos supracitados, a Americanas atua também no segmento de serviços financeiros tendo como principal ativo, a controlada Ame Digital, que recebeu em 06 de outubro de 2022 a autorização do Banco Central do Brasil para operar como instituição de pagamento, nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e credenciadora. O segmento de serviços financeiros obteve receita líquida no valor total de R\$ 1,3 bilhões em 2022 e R\$ R\$ 472,7 milhões em 2021.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

A Companhia vive um capítulo singular na sua história desde janeiro, quando foi divulgada a existência de, naquele momento, "inconsistências contábeis" que meses depois foram reveladas como fraude de resultados.

Conforme divulgado em Fato Relevante datado de 13 de junho, as evidências levantadas pelos assessores jurídicos externos levaram ao entendimento de que a fraude das demonstrações financeiras se dava predominantemente conforme descrito abaixo:

- i) Contratos de VPC (verbas de propaganda cooperada) fictícios eram lançados como redutores de custo de mercadoria vendida, melhorando artificialmente o resultado operacional. A contrapartida era um lançamento redutor da conta de fornecedores;
- ii) Operações financeiras de risco sacado eram contratadas para sanar a necessidade de caixa da Companhia e eram indevidamente lançadas na conta de fornecedores, neutralizando o lançamento de VPCs nesta mesma conta;
- iii) Os encargos financeiros das operações de risco sacado (e capital de giro) eram também indevidamente lançados na conta de fornecedores, não transitando em contas de resultado e majorando o resultado da Companhia;
- iv) Um grande volume de outras despesas diversas (como folha de pagamento e fretes) eram indevidamente capitalizadas;

2.2 Resultados operacional e financeiro

- v) Operações financeiras de capital de giro de curtíssimo prazo, realizadas para apresentar uma posição irreal de caixa ao final dos trimestres, eram indevidamente lançadas na conta de fornecedores e neutralizadas com o lançamento de VPCs fictícios.

Ao longo do processo de refazimento das Demonstrações Financeiras foi identificada a necessidade de se fazer ajustes contábeis que não são classificados como fraude, mas consequência do conhecimento, nesse momento, da real situação patrimonial e financeira da Companhia e de resultados reais históricos das suas operações, assim como adoção de melhores práticas.

A demonstração de resultado do exercício de 2021 reapresentada, reflete importantes variações em relação ao resultado divulgado previamente, como consequência de todos os ajustes contábeis necessários por conta da reversão das fraudes, adoção de melhores práticas contábeis, assim como efeitos de ambos.

Os maiores ajustes nas demonstrações de resultado se deram nas contas de:

- i) Custo de mercadorias vendidas (CMV), devido ao desfazimento dos VPCs fictícios;
- ii) Outras despesas, pela reavaliação de ativos (*impairment*);
- iii) Resultado financeiro pela contabilização como despesa dos encargos financeiros das operações de risco sacado;
- iv) Imposto de renda e contribuição social pela reavaliação de diferido ativo.

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A receita da Companhia é impactada diretamente pelas alterações no volume de vendas, modificações de preços, bem como pela introdução de novos produtos e serviços em seu portfólio. A Companhia repassa as variações nos custos (positivas ou negativas) para seus clientes, podendo este repasse afetar seu volume de vendas. Além disso, mudanças tributárias e na legislação poderão afetar as métricas de receita e custos da Companhia. Variações cambiais afetam diretamente os preços dos produtos importados.

2022

A Receita Líquida consolidada do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi de R\$ 25,8 bilhões e R\$ 22,5 bilhões, respectivamente, representando um aumento de 14,6% em 2022 comparativamente ao exercício anterior. A variação é decorrente, sobretudo, da melhora do desempenho em vendas do segmento de varejo físico. O segmento apresentou, em 31 de dezembro de 2022, uma receita bruta de R\$ 12,8 bilhões, frente aos R\$ 7,0 bilhões apresentados em 31 de dezembro de 2021, ou 82% de aumento nas vendas.

2021

A linha de receita líquida apresentou uma redução de aproximadamente R\$ 175 milhões, com relação ao valor anteriormente divulgado. Grande parte desse ajuste se refere a receitas de serviços que haviam sido antecipadas contabilmente de forma inapropriada e não reconhecidas, até então, pelo critério de competência.

c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Um aumento significativo da inflação poderá afetar os custos e despesas operacionais da Companhia. Contudo, por se tratar de um negócio de varejo de variedades, a Companhia dispõe

2.2 Resultados operacional e financeiro

de flexibilidade na oferta do seu mix de produtos, dessa conseguiu minimizar os impactos da inflação no negócio no exercício de 2022.

Majoritariamente, todos os gastos em caixa (ou seja, outros além da depreciação e amortização) e despesas operacionais da Companhia são realizados em Reais e tendem a aumentar de acordo com a inflação porque os fornecedores de mercadorias e prestadores de serviços tendem a elevar os preços para repassar aumentos de custos decorrentes da inflação.

No que se refere à variação cambial, a Companhia segue comprometida com a política conservadora de aplicação do caixa, manifestada pela utilização de instrumentos de *hedge* em moedas estrangeiras para fazer frente a eventuais flutuações do câmbio, seja em relação ao passivo financeiro, seja para sua posição de caixa total. Estes instrumentos anulam o risco cambial, transformando o custo da dívida para moeda e taxa de juros locais (em percentual do CDI).

No que se refere a taxas de juros, a alta das taxas de juros poderá impactar o custo de captação de empréstimos pela Companhia como também o custo do endividamento, causando aumento de suas despesas financeiras. Este aumento, por sua vez, poderá afetar adversamente a capacidade de pagamento de obrigações assumidas pela Companhia, na medida em que reduzirá sua disponibilidade de caixa. Descasamentos entre índices contratados em ativos versus passivos e/ou altas volatilidades nas taxas de juros, ocasionam perdas financeiras para a Companhia.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. – Mudanças práticas cont./opiniões modificadas e ênfases

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

2022

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2022:

- i) Alteração ao IAS 16 “Ativo Imobilizado”: A alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
- ii) Alteração ao IAS 37 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”: O IASB propôs essas emendas para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
- iii) Alteração ao IFRS 3 “Combinação de Negócios”: Substituir uma referência da versão antiga da estrutura conceitual por uma referência à versão mais recente.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Segue abaixo trecho referente à opinião emitida pelo auditor independente da Companhia (BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.) sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A íntegra do relatório se encontra no link <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/347dba24-05d2-479e-a775-2ea8677c50f2/26d129fc-1514-b6fc-b499-b77fd5f7962a?origin=1>

Abstenção de Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. foi Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial (“Companhia”, “Controladora” ou “Americanas”), identificadas como Controladora e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis significativas.

Não expressamos opinião sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, acima referidas da Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial pois, devido à relevância de determinados assuntos, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. – Efeitos Relevantes nas DF's

a) introdução ou alienação de segmento operacional

As atividades exercidas pela Companhia e suas controladas são gerenciadas pela Administração como segmentos operacionais independentes e são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido à Administração do Grupo que destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos segmentos operacionais.

Esses segmentos operacionais são subdivididos nas atividades das plataformas física e digital, varejo *premium*, *fresh food* e de serviços financeiros.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Constituição em 2022

Vem Conveniência (joint venture)

A Companhia, concluiu em 31 de janeiro de 2022, a formação da parceria com a Vibra para a exploração do negócio de lojas de pequeno varejo, dentro e fora de postos de combustível, através das redes de lojas Local e BR Mania. A Parceria foi consumada através da constituição da sociedade Vem Conveniência S.A. cujo capital é detido pela Americanas e pela Vibra, ambas com participações de 50%.

A Vem Conveniência tem uma estrutura de gestão e governança corporativa própria e conta com mais de 1.000 lojas de pequeno varejo, sendo lojas com operação própria, e utiliza a marca Local, e lojas em postos de combustíveis, operadas por franqueados, as quais continuam a utilizar a marca BR Mania.

A Parceria visa oferecer uma nova proposta de valor a consumidores, franqueados, revendedores e atendentes de lojas, contando com o somatório de forças da Vibra e da Americanas, que compreende ampla experiência de varejo no mercado brasileiro, uma rede de pontos de venda com capilaridade nacional, escala e estrutura de suprimentos e logística, tecnologia e atuação no varejo digital, além de marcas reconhecidas, e representa um importante passo para a expansão no mercado de lojas de pequeno varejo no Brasil.

Para a parceria foi considerado um valor (*enterprise value*) nas condições atuais de R\$ 895.184, que considera o aporte dos ativos da rede de franquias BR Mania e das lojas Local e aportes de caixa pela Americanas na joint venture no montante de R\$ 252.559, a serem liquidados até 2024. Além disso, a transação incluiu um pagamento adicional de R\$ 51.251 para a Vibra, realizado em 01 de abril de 2022, relacionado à aquisição de 50% das ações emitidas da Vem para a Vibra, referente a bônus de subscrição.

A efetivação da parceria se deu após o cumprimento das condições precedentes, habituais em operações de natureza similar, incluindo a aprovação prévia pela autoridade antitruste (CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica), em 30 de dezembro de 2021, sem restrições, sendo esta decisão considerada final.

Os valores contábeis dos ativos a serem desreconhecidos pela Americanas em função da constituição da joint venture, foram os seguintes:

Estoque	6.623
Imobilizado	18.801
	<u>25.424</u>

O ganho líquido reconhecido no resultado do exercício de 2022, em outras receitas operacionais em função da transação foi de R\$169.609, mensurado da seguinte forma:

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Valor contábil dos ativos transferidos	25.424
Aporte de capital, em dinheiro, para VEM (a ser	252.559
Total da contraprestação transferida	<u>277.983</u>
Valor justo da participação da Companhia na VEM	<u>447.592</u>
Ganho reconhecido no resultado	<u>169.609</u>

(i) Participação da empresa de 50% nos negócios contribuídos na Vem, composto de R\$ 447.144 do negócio BR Mania e R\$ 448.040 aportado pela Companhia (R\$ 195.481 do negócio Local e R\$ 252.559 a ser contribuído em caixa).

[Nota BMA: não é necessário apresentar dados de 2021 aqui]

c) eventos ou operações não usuais

A divulgação das demonstrações financeiras do exercício social de 2022 representa o passo final do processo de refazimento dos números da Companhia, após os eventos ocorridos ao longo do ano de 2023. Essa divulgação já contempla a correta contabilização dos principais ajustes publicados na reapresentação das demonstrações financeiras do exercício social de 2021, referentes a contratos de VPC, operações de risco sacado e capital de giro e capitalização de despesas. Porém, novos lançamentos relevantes se fizeram necessários para garantir a representação fidedigna da situação patrimonial da Americanas e seguir o mais alto rigor das normas contábeis.

2.5 Medições não contábeis

2.5. - Medições não contábeis

a. valor das medições não contábeis

Conforme demonstrado no item 2.5 subitem (b).

b. conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo apresenta a reconciliação entre o lucro líquido da Companhia e o EBITDA, e EBITDA Recorrente e o EBITDA Recorrente (ex-IFRS 16):

Americanas S.A. Resumo Financeiro (Em milhões de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	Divulgado 2021	Ajustes 2021	Reapresentado 2021
Receita Líquida	22.696	(175)	22.521
Lucro Bruto	6.762	(2.871)	3.891
Margem Bruta %	29,80	(12,50)	(17,3)
SG&A ¹	(4.464)	(895)	(5.359)
Outras Despesas Operacionais Líq.	(241)	(1.694)	(1.935)
EBITDA	2.056	(5.459)	(3.403)
Depreciação e Amortização	(1.300)	213	(1.087)
Resultado Financeiro	(772)	(810)	(1.582)
IR/CSLL	560	(725)	(165)
Lucro/Prejuízo Líquido	544	(6.781)	(6.237)
Efeitos não recorrentes ²	241	1.382	1.623
EBITDA Recorrente	2.297	(4.077)	(1.780)
Pagamento de Arrendamento	(619)	-	(619)
EBITDA Recorrente (ex-IFRS 16)	1.678	(4.077)	(2.399)

¹ Sem efeito de depreciação e amortização

² Provisão para impairment e conciliação fiscal

Americanas S.A. Endividamento consolidado (Em milhões de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	Divulgado 2021	Ajustes 2021	Reapresentado 2021
Risco Sacado - Curto Prazo	-	14.171	14.171
Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	946	10.625	11.571
Debêntures de Curto Prazo	107	2.042	2.149
Cash Flow Hedge Account	(376)	52	(324)
Endividamento de Curto Prazo	667	26.890	27.567
Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	9.246	(9.246)	-
Debênture de Longo Prazo	2.042	2.042	-
Endividamento de Longo Prazo	11.288	(11.288)	-
Endividamento Bruto (1)	11.965	15.602	27.567
Disponibilidades	6.931	(81)	6.850
Contas a Receber de Cartão de Crédito	6.772	-	6.772
Disponibilidades Totais (2)	13.703	(81)	13.622
Caixa (Dívida) Líquida (2) - (1)	1.738	(15.683)	(13.945)

2.5 Medições não contábeis

Americanas S.A. Resumo Financeiro (Em milhões de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	Reapresentad o 2021
Receita Líquida	25.809	22.521
Lucro Bruto	5.024	3.891
Margem Bruta %	19,5	17,3
SG&A ¹	(7.391)	(5.359)
Outras Despesas Operacionais Líq.	(3.795)	(1.935)
EBITDA	(6.162)	(3.403)
Depreciação e Amortização	(1.648)	(1.087)
Resultado Financeiro	(5.232)	(1.582)
IR/CSLL	131	(165)
Lucro/Prejuízo Líquido	(12.912)	(6.237)
Efeitos não recorrentes ²	3.235	1.623
EBITDA Recorrente	(2.927)	(1.780)
Pagamento de Arrendamento	(1.183)	(619)
EBITDA Recorrente (ex-IFRS 16)	(4.111)	(2.399)

¹ Sem efeito de depreciação e amortização

² Provisão para impairment e conciliação fiscal

Conciliação EBITDA (Em milhões de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	Reapresentado 2021
Prejuízo do exercício	(12.912)	(6.237)
Impostos	(131)	165
Depreciação e amortização	1.648	1.087
Resultado Financeiro	5.232	1.582
EBITDA	(6.163)	(3.403)
Previsão de Impairment	2.363	1.623
Conciliação Fiscal	872	-
EBITDA Recorrente	(2.928)	(1.780)
Pagamento de arrendamento	(1.183)	(619)
EBITDA Recorrente (ex - IFRS 16)	(4.111)	(2.399)

Endividamento consolidado (Em milhões de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	Reapresentado 2021
Risco Sacado - Curto Prazo	15.910	14.171
Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	17.386	11.571
Debêntures de Curto Prazo	5.363	2.149
Cash Flow Hedge Account	(1.328)	(324)
Endividamento de Curto Prazo	37.331	27.567
Endividamento Bruto (1)	37.331	27.567
Disponibilidades	6.073	6.850
Contas a Receber de Cartão de Crédito	4.972	6.772
Disponibilidades Totais (2)	11.045	13.622
Dívida Líquida (2) - (1)	(26.287)	(13.945)

2.5 Medições não contábeis

- c. motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia**

EBITDA

A Companhia calcula o EBITDA (LAJIDA) como sendo o lucro ou prejuízo líquido das operações continuadas antes do resultado financeiro líquido, imposto sobre a renda e contribuição social, depreciação e amortização.

O EBITDA não deve ser considerado como recursos disponíveis para pagamentos de dividendos. Ademais, o EBITDA apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador de rentabilidade da Companhia. Finalmente, o EBITDA também é utilizado por determinados investidores e analistas financeiros como indicador de desempenho operacional de sociedades e/ou de seu fluxo de caixa.

Dívida Líquida

A Companhia avalia a Dívida Líquida para garantir a continuidade de seus negócios no longo prazo, monitora nossa dívida global e calcula nossos índices de alavancagem financeira. Nossa administração reporta a Dívida Líquida como informação adicional e deve ser considerada em conjunto com o EBITDA como medição não contábil para uma melhor compreensão do desempenho e das condições financeiras da Companhia.

O EBITDA e a Dívida Líquida não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, pelas International Financial Reporting Standards (IFRS), não representando o fluxo de caixa para os períodos indicados e não deve ser considerado como indicadores de desempenho operacional ou como um substituto para o fluxo de caixa como forma de medir a liquidez. O EBITDA e a Dívida Líquida não possuem um significado padrão e o cálculo de EBITDA e de Dívida Líquida da Companhia podem não ser comparáveis ao cálculo do EBITDA e de Dívida Líquida de outras sociedades.

Ainda que o EBITDA e a Dívida Líquida não forneçam uma forma de medir o fluxo de caixa operacional de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou as IFRS, a Administração da Companhia entende que o EBITDA e a Dívida Líquida são importantes indicadores para analisar o desempenho econômico operacional e a liquidez da Companhia em função de não ser afetado por (i) flutuações nas taxas de juros, (ii) alterações da carga tributária do imposto sobre a renda e da contribuição social, bem como (iii) pelos níveis de depreciação e amortização, sendo normalmente utilizado por investidores e analistas de mercado.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. - Eventos subsequentes às demonstrações financeiras:

Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e as demonstrações contábeis reapresentadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(a) Recuperação judicial

Em 11 de janeiro de 2023, conforme divulgado por meio de fato relevante, a Companhia detectou inconsistências em lançamentos contábeis redutores do saldo de fornecedores realizados em exercícios anteriores, incluindo o exercício de 2022. Em uma análise preliminar, a área contábil da Companhia estimou que os valores destas inconsistências eram de aproximadamente R\$ 20 bilhões na data-base de 30 de setembro de 2022.

O Conselho e a nova Administração da Companhia passaram, então, a avaliar a natureza, a magnitude dos seus efeitos, os *stakeholders* envolvidos e potencialmente afetados, entre outras questões relacionadas à essas inconsistências contábeis. Ao mesmo tempo, o Conselho de Administração passou a avaliar medidas, inclusive judiciais como a Recuperação Judicial, tendo em vista tal cenário e os interesses da Companhia.

Nesse contexto, a despeito dos esforços e das medidas que a Administração tomou diante do cenário enfrentado, em conjunto com seus assessores financeiros e legais, considerando (i) os desafios da Companhia na interface com credores e fornecedores desde a ocorrência de tais fatos; (ii) a necessidade de atendimento, de forma adequada e organizada, dos interesses de seus credores, acionistas e *stakeholders*; (iii) a redução da posição de caixa disponível à Companhia; e, ainda, (iv) a necessidade de preservação da continuidade da oferta de serviços de qualidade a seus clientes, dentro dos compromissos assumidos pela Companhia e da manutenção da continuidade de seu negócio e sua função, a Americanas e suas subsidiárias, nomeadamente JSM Global S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial, e B2W Digital Lux S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial e ST Importações Ltda. – Em Recuperação Judicial (“Recuperandas” e “Grupo Americanas”), ajuizaram, em 12 de janeiro de 2023, tutela de urgência cautelar em caráter antecedente ao pedido de Recuperação Judicial, com fundamento nos art. 189 e 6º, § 12, da Lei nº 11.101/2005, a qual foi distribuída perante a 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, Brasil (o “Juízo da Recuperação Judicial”), deferida em 13 de janeiro de 2023 a fim de antecipar os principais efeitos da Recuperação Judicial e, dentre outras medidas, suspender as cláusulas de vencimento antecipado dos contratos celebrados com diversas instituições financeiras e também para determinar a restituição de valores que, eventualmente, já tivessem sido objeto de compensação. Em 19 de janeiro de 2023, o Grupo Americanas apresentou o pedido principal de Recuperação Judicial, que teve o processamento deferido na mesma data pelo Juízo da Recuperação Judicial, confirmando integralmente a liminar concedida cautelarmente.

A Companhia almeja, com o processo de Recuperação Judicial, preservar a prestação de serviço amplo à população, bem como seu compromisso como geradora de milhares de empregos diretos e indiretos, como fonte produtora e de estímulo à atividade econômica, além de ser uma relevante pagadora de tributos.

Em 20 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os termos e condições do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”), o qual busca entendimento com os credores da Companhia com vistas a um acordo que possa equacionar suas dívidas, no âmbito do processo de Recuperação Judicial do Grupo Americanas, bem como sua apresentação nos autos do processo de recuperação judicial do Grupo Americanas, em curso perante a Vara Empresarial. O PRJ reflete as discussões com os acionistas de referência, os principais credores e outros *stakeholders*, além de visar à superação da situação econômico-financeira do Grupo Americanas e o impulsionamento de suas atividades.

No fato relevante divulgado em 19 de junho de 2023, a Companhia informou que foi publicado edital contendo (i) a Relação de Credores do Grupo Americanas; e (ii) a confirmação da entrega do Plano de Recuperação Judicial do Grupo Americanas, apresentado pelo administrador judicial em 20 de março de 2023 à Vara Empresarial. O referido edital encontra-se disponível para consulta no site de relações com investidores da Companhia e no do TJRJ. A Companhia informou ainda que, a partir de 19 de junho de 2023, terão início os prazos legais de (i) 10 dias

2.6 Eventos subsequentes as DFs

para apresentação, ao Juízo da Recuperação Judicial, de impugnações à Relação de Credores; e (ii) 30 dias para o oferecimento de objeções ao Plano de Recuperação Judicial.

Em 10 de outubro de 2023, a Companhia comunicou por meio do fato relevante, que estava em fase avançada de busca de entendimentos com seus credores com vistas a um acordo que possa equacionar suas dívidas, conduziu naquela data mais uma reunião para apresentar aperfeiçoamento da proposta que vinha sendo discutida até então. A proposta apresentada pela Companhia, assessorada pelo Rothschild & Co, continha: (i) no que diz respeito ao compromisso dos acionistas de referência de capitalizar a companhia, aumento de capital de curto prazo, em dinheiro, no valor de R\$ 12 bilhões (considerando o financiamento DIP já aportado); (ii) capitalização de dívida concursal por parte dos credores também no valor de R\$12 bilhões; (iii) emissão de nova dívida para refinar parte das dívidas concursais existentes no valor de R\$1,875 bilhão; e (iv) R\$8,7 bilhões em dinheiro dedicados à recompra antecipada de dívida concursal com desconto. A proposta continuava ainda a contar com a previsão de pagamento integral das Classes I e IV e alternativas de pagamento diferenciada para os fornecedores, substancialmente nos termos publicados na versão do Plano de Recuperação Judicial protocolado com o juízo da Recuperação Judicial em 20 de março de 2023.

Em 27 de outubro, a Companhia informou em Fato aos seus investidores e ao mercado em geral que decidiu estender a opção de pagamento à vista, sem deságio e sem correção, a ser paga em uma parcela única após a data de homologação do Plano de Recuperação Judicial, a todos os credores sujeitos aos efeitos da recuperação judicial listados da Classe III (quirografários), titulares de créditos até o valor de R\$ 12 mil. A Companhia adiantou, ainda, que pretende oferecer aos credores sujeitos aos efeitos da recuperação judicial listados da Classe III (quirografários) titulares de créditos superiores a R\$ 12 mil a opção de receberem até R\$ 12 mil para a quitação total de seus respectivos créditos, observadas as condições a serem previstas no Plano de Recuperação Judicial.

Por meio de fato relevante divulgado em 19 de dezembro de 2023, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, naquela data, os credores da Companhia e das suas subsidiárias, reunidos em Assembleia Geral de Credores ("AGC") regularmente convocada e instalada, aprovaram o aditamento ao Plano de Recuperação Judicial do Grupo Americanas, com ajustes negociados, na forma do artigo 45 da Lei nº 11.101/2005.

(b) Afastamento e desligamento da diretoria

Em 03 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia, junto com assessores jurídicos, deliberou afastar os diretores de suas funções e atividades na Companhia e suas controladas, durante o curso das apurações decorrentes do Fato Relevante publicado em 11 de janeiro de 2023, a referida deliberação foi ratificada pela destituição desses diretores em RCA realizada em 13 de junho de 2023.

(c) Financiamento extraconcursal

Em reunião do Conselho de Administração ("RCA") realizada em 7 de fevereiro de 2023, foi aprovado financiamento extraconcursal, na modalidade *Debtor in Possession Financing* (Financiamento DIP), a 19ª Emissão de Debêntures em série única no montante de R\$ 2.000.000, com data base em 07 de fevereiro de 2023 e vencimento em 07 de fevereiro de 2025 com juros à taxa de 128% do DI a.a. base 252 dias úteis, por meio da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, para colocação privada, sendo, observado o disposto abaixo, uma primeira tranche de R\$ 1.002.603 e o restante, em janelas de prazos subsequentes, até o vencimento das debêntures.

Em 6 de outubro de 2023 foi liberada a segunda tranche no valor de R\$ 500.632, relacionada ao Financiamento DIP nos termos da Lei 11.101/2005, por meio da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, para colocação privada, nos termos aprovados em RCA realizada em 7 de fevereiro de 2023.

(d) Processo de Market Sounding

2.6 Eventos subsequentes as DFs

A Companhia emitiu Comunicados ao mercado em 15 de maio de 2023 e 18 de maio de 2023, informando que iniciou processos de Market Sounding para a prospecção de interessados nas aquisições das participações, da Companhia, no Grupo Uni.co e no Hortifruti Natural da Terra, respectivamente, conforme previsto no (“Plano”). O processo de Market Sounding do Grupo Uni.co foi descontinuado conforme Comunicado ao mercado em 03 de outubro de 2023. Conforme divulgado em comunicado ao mercado datado em 06 de novembro de 2023, a Companhia informou que, decidiu nesse momento, suspender o processo de Market Sounding da UPI HNT e não tem planos de retomar os processos no curto prazo. A Companhia seguirá monitorando esses parâmetros para verificar a conveniência de retomar tais processos no futuro.

(e) Substituição de auditor do independente

Conforme Fato Relevante divulgado em 28 de junho de 2023, o Conselho de Administração deliberou, por proposta da Diretoria e com a recomendação favorável do Comitê de Auditoria Estatutário, a substituição da empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda (“PwC”), auditores independentes da Companhia à época, com a contratação da BDO RCS Auditores Independentes Sociedade Simples Limitada (“BDO”), para executar a auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2022 e o refazimento de demonstrações financeiras do exercício social de 2021, necessário em função do episódio de fraude comunicado pela Companhia em Fatos Relevantes de 13 e 14 de junho de 2023, bem como a auditoria das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e a revisão das informações trimestrais de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2023.

(f) Termo de encerramento parceria Vibra Energia S.A.

Conforme Fato Relevante divulgado em 23 de agosto de 2023, em atendimento ao disposto na Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, e em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 24 de janeiro de 2023, vem comunicar aos seus acionistas e ao mercado em geral, que celebrou, nesta data, um Termo de Encerramento de Parceria com a Vibra Energia S.A. (“Vibra”) referente ao encerramento da parceria relacionada à exploração do negócio de lojas de pequeno varejo desenvolvida através da sociedade Vem Conveniência S.A. (“Vem” e “Encerramento”, respectivamente).

O Encerramento segue substancialmente o mecanismo de segregação estabelecido no Acordo de Acionistas da Vem celebrado entre Americanas e Vibra em 31 de janeiro de 2022, e será implementado por meio de uma cisão parcial desproporcional da Vem (“Cisão”), sendo o acervo cindido – composto pelos ativos e passivos relacionados às lojas de pequeno varejo “BR Mania” – incorporado por uma nova sociedade constituída pela Vibra (“Sociedade BR Mania”). Como resultado da Cisão, (i) a totalidade das ações de emissão da Vem de titularidade da Vibra serão canceladas; e (ii) a Americanas receberá determinado número de ações de emissão da Sociedade BR Mania que, ato contínuo, serão integralmente adquiridas pela Vibra mediante o pagamento, à vista, à Americanas do valor de aquisição de R\$192 milhões.

Após a conclusão do Encerramento, (i) a Americanas passará a deter integralmente as ações de emissão da Vem, que será a sociedade detentora das lojas de pequeno varejo “Local”; e (ii) a Vibra será titular da totalidade das ações de emissão da Sociedade BR Mania, que será detentora das lojas de pequeno varejo “BR Mania”. Ademais, mediante o Encerramento, a Americanas alterará a razão social da Vem Conveniência S.A. cuja marca passará a ser utilizada exclusivamente pela Sociedade BR Mania.

De acordo com Comunicado ao Mercado divulgado em 30 de outubro de 2023, o juízo da 4ª Vara Empresarial da Comercial da Capital do Estado do Rio de Janeiro autorizou o desfazimento da joint venture com a Vibra Energia S.A., para a exploração do negócio de lojas de pequeno varejo, desenvolvida através da Vem.

De acordo com o Fato Relevante divulgado em 30 de novembro de 2023, a Americanas comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, que foi concluído o encerramento da parceria relacionada à exploração do negócio de lojas de pequeno varejo desenvolvida através da sociedade Vem Conveniência S.A., em conformidade com o Termo de Encerramento de Parceria, celebrado em 23 de agosto de 2023, entre a Americanas e a Vibra Energia S.A.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Com a conclusão do Encerramento: (i) a Americanas passou a ser titular da integralidade das ações de emissão da Vem, que é a sociedade detentora das lojas de pequeno varejo “Local”; e (ii) a Vibra passou a deter a totalidade das lojas de pequeno varejo “BR Mania” através da VBBR Conveniência S.A., uma nova sociedade incorporada pela Vibra para tal finalidade.

Ainda, como resultado do Encerramento, e conforme previsto no Termo de Encerramento, a Vibra realizou o pagamento à Americanas no valor de R\$192 milhões, e a Companhia alterou a denominação social da Vem Conveniência S.A., cuja marca passa a ser utilizada exclusivamente pela Sociedade BR Mania, para “Americanas Local S.A.”.

(g) Continuidade do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Fênix FIDC do Varejo II

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Fênix FIDC do Varejo II (“FIDC II”), é formado por quotas subordinadas e quotas sênior. A Companhia, detentora das cotas subordinadas do (“FIDC II”) decretou recuperação judicial em 19/01/2023. Os recursos captados pelo (“FIDC II”) através das quotas sênior, pertencentes a investidores, eram utilizados para antecipação dos recebíveis da Companhia. Em decorrência da decretação da recuperação judicial e em consonância com o capítulo 16 do regulamento do (“FIDC II”) essas quotas sêniors foram resgatadas antecipadamente, no decorrer do ano de 2023. O resgate ocorreu à medida em que o saldo dos recebíveis existentes, a partir da data da decretação da recuperação judicial, eram realizados, extinguindo-se o saldo total dessas quotas sênior no mês de maio de 2023. Atualmente o patrimônio do (“FIDC II”) está composto pelas quotas subordinadas, com saldo em 31.12.2022 de R\$ 178.188. A continuidade operacional ou liquidação do (“FIDC II”) está vinculada a decisão da administração e em conformidade com o desenrolar dos atos conclusos da Assembleia de credores e da recuperação judicial.

(h) Aquisição da Parati Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Em 2 de janeiro de 2023, a Companhia, através de sua controlada Ame Holding Ltda., efetuou o pagamento do preço de compra detalhado abaixo e, desta forma, concluiu a aquisição de 100% e do controle sobre a Parati Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Parati”).

A Parati é uma financeira que possui acesso direto ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e ao Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI), sendo uma das únicas 20 instituições no País homologadas para realizar Iniciação de Transação de Pagamento (ITP). Atua, ainda, como Bank as a Service (BaaS) e Regtech, integrando fintechs ao sistema bancário, possibilitando captação direta de recursos por meio de emissão de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), e habilitada a oferecer soluções de crédito para pessoas físicas e jurídicas.

A aquisição da Parati é mais um importante marco na rápida trajetória de sucesso da Ame, impulsionando seu plano estratégico de negócio e permitindo disponibilizar diretamente um portfólio de soluções de crédito e investimentos para os integrantes do ecossistema Americanas.

A transação para aquisição da totalidade das ações da Parati envolveu um pagamento de R\$ 35.691, em caixa.

A Companhia iniciou os estudos para determinação do valor justo dos ativos e passivos para a alocação do preço de compra e, até a presente data, o ágio resultante desses estudos iniciais perfaz o montante de R\$ 17.629, conforme demonstrado abaixo. O Pronunciamento Técnico CPC 15 estabeleça um prazo para conclusão da mensuração de até 1 ano da data de aquisição – período no qual a Companhia espera concluir a contabilização desta combinação de negócios.

O valor justo preliminar dos ativos e passivos adquiridos, assim como o ágio preliminar desta combinação de negócios são como a seguir:

Ativos adquiridos e (passivos assumidos)	
Caixa e equivalentes de caixa	15.882
Relações interfinanceiras	38.465

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Operações de crédito – circulante	2.671
Outros ativos circulantes	5.161
Operações de crédito - não circulante	4.031
Imobilizado	19
Intangível – Licença de operação SCFI	6.246
Depósitos de livre movimentação	(16.000)
Depósitos de prazo	(24.179)
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	(683)
Obrigações fiscais e previdenciárias	(2.451)
Outras obrigações	(11.100)
Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos (1)	18.062
Contraprestação transferida (2)	35.691
Ágio preliminar (2) - (1)	<u>17.629</u>

O ágio apurado, de R\$ 17.629, foi pago principalmente pela expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*), uma vez que a aquisição permitirá à Companhia fornecer serviços relacionados à concessão de crédito e outras soluções financeiras, incluindo conta digital, cartão de crédito, cartão pré-pago, empréstimos, PIX e outros, tanto para clientes Pessoa-Física quanto para estabelecimentos comerciais.

O benefício econômico da licença de operação SCFI, de vida útil indeterminada, provém da aquisição do ativo pronto para uso, não havendo necessidade, por parte da adquirente, de despendar tempo na constituição dele. Desta forma, procedemos à avaliação de tal ativo pela metodologia “*With and Without Method*”, que calcula o valor de um ativo a partir da elaboração de cenários nos quais (i) a empresa detém o ativo (*with*) e o (ii) a empresa não possui e necessita adquirir ativo (*without*).

(i) Novo Mercado (B3)

Em 08 de novembro de 2023, a Diretoria de Regulação de Emissores da B3 proferiu decisão no contexto do processo de *enforcement*, sujeita a recurso com efeito suspensivo, suspendendo a Companhia do segmento especial de listagem do Novo Mercado por infrações ao regulamento do segmento de listagem, até o cumprimento de determinadas exigências listadas na referida decisão. Na mesma decisão, a B3 condenou os antigos administradores e integrantes de órgãos de assessoramento da Companhia. A Companhia respeitosa, porém, veementemente discorda das conclusões expostas na decisão da B3 e apresentou recurso nos termos do Regulamento do Novo Mercado, o que acarreta a suspensão dos efeitos da decisão até manifestação da Diretoria da B3 sobre o recurso.

(j) Renúncia de membro do Conselho de Administração

Em 21 fevereiro de 2024, o Sr. Pierre Moreau, por motivos pessoais, renunciou ao cargo de membro do Conselho de Administração.

2.7 Destinação de resultados

2.7. - Destinação de resultados

Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando

2022		
a. Regras sobre retenção de lucros	O estatuto social da Companhia prevê que 5% do lucro líquido do exercício será destinado para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do Capital Social. Será distribuída aos acionistas, como dividendos, pelo menos a importância de 25% do lucro líquido do exercício, mediante proposta do Conselho de Administração. Os lucros remanescentes terão a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral, de acordo com a proposta submetida pelo Conselho de Administração.	
a.i. Valores das Retenções de Lucros	Reserva Legal	Não aplicável. No exercício do ano, a Companhia apresentou prejuízo.
	Dividendos	
a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Reserva Legal	Não aplicável. No exercício do ano, a Companhia apresentou prejuízo.
	Dividendos	
b. Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	O Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucros ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais, semestrais ou trimestrais, que serão considerados antecipação do dividendo mínimo obrigatório. A Diretoria poderá ainda determinar o levantamento de balanços mensais e declarar dividendos com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.	
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o	A Companhia possui Política de Destinação de Resultados e Distribuição de Dividendos, aprovada em ata da Reunião do Conselho de Administração, em 30 de outubro de 2018, conforme boas práticas de governança corporativa estabelecidas pelo Código Brasileiro de Governança Corporativa. A política pode ser acessada através do link: https://ri.americanas.io/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/	

2.7 Destinação de resultados

documento pode ser consultado	
-------------------------------	--

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. – Itens Relevantes Não Evidenciados nas DF's

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

A Companhia esclarece que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;

A Companhia esclarece que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(iii) contratos de construção não terminada;

A Companhia esclarece que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia esclarece que não há contratos de recebimento futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis

Não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. – Comentários Sobre Itens Não Evidenciados nas DF's

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações contábeis da Companhia

De acordo com as normas contábeis vigentes, a Companhia divulga em suas demonstrações contábeis todas as transações relevantes de que é parte, ou em que retenha qualquer risco por conta de participação societária ou contrato. Não há transações ou operações não evidenciadas nas demonstrações contábeis que possam impactar a Companhia significativamente.

b) natureza e propósito da operação

Não aplicável

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável

2.10 Planos de negócios

2.10. – Plano de Negócios

a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

A Americanas atua nos segmentos de varejo digital, varejo físico, varejo premium, *fresh foods* e serviços financeiros. Com o objetivo de viabilizar a melhoria de suas operações, nos anos de 2022 e 2021, os investimentos se deram conforme tabela abaixo:

Em milhões de reais		2022 X 2021			
Investimentos	2022	A.V.%	2021	A.V.%	A.H.%
Instalações e móveis e utensílios	64	3,19	51	1,30	25,49
Máquinas e equipamentos de informática	185	9,22	141	3,60	31,21
Benfeitorias em imóveis de terceiros	195	9,72	101	2,58	93,07
Obras em andamento	82	4,09	31	0,79	164,52
Direito de uso de <i>software</i>	554	27,60	461	11,76	20,17
Desenvolvimento de <i>web sites</i> e sistemas	828	41,26	584	14,90	41,78
Veículos	4	0,20	1	0,03	300
Outros	95	4,73	243	6,20	(60,91)
Sub total	2.007	100,00	1.613	41,15	24,43
Valor pago na aquisição de controladas	-	0,00	2.307	58,85	(100,00)
Total	2.007	100,00	3.920	100,00	(48,80)

Parceria com a Vibra Energia (Lojas Local e BR Mania)

A Companhia concluiu, em 31 de janeiro de 2022, a formação da parceria com a Vibra Energia S.A. para a exploração do negócio de lojas de pequeno varejo, dentro e fora de postos de combustível, por meio das redes de lojas Local e BR Mania.

A Parceria foi consumada por meio da constituição da sociedade Vem Conveniência S.A., cujo capital é detido pela Americanas e pela Vibra, ambas com participações de 50%.

A Vem Conveniência tem uma estrutura de gestão e governança corporativa própria e conta com 1.257 lojas de pequeno varejo, sendo 55 lojas com operação própria, que utiliza a marca Local, e 1.202 lojas em postos de combustíveis operadas por franqueados, as quais continuam a utilizar a marca BR Mania.

A Parceria visa oferecer uma nova proposta de valor a consumidores, franqueados, revendedores e atendentes de lojas, contando com o somatório de forças da Vibra e da Americanas, que compreende ampla experiência de varejo no mercado brasileiro, uma rede de pontos de venda com capilaridade nacional, escala e estrutura de suprimentos e logística, tecnologia e atuação no varejo digital, além de marcas reconhecidas, e representa um importante passo para a expansão no mercado de lojas de pequeno varejo no Brasil.

Para a Parceria, foi considerado um valor (Enterprise Value) nas condições atuais de até R\$ 995 milhões, que considera o aporte da Rede de Franquias BR Mania e das lojas Local. Além disso, a transação inclui um desembolso pela Americanas de até R\$ 305 milhões, na forma de um aporte na nova empresa de aproximadamente R\$ 252 milhões e um pagamento de até R\$ 53 milhões de parcela variável à Vibra Energia, com base em metas de performance.

A efetivação da Parceria se deu após o cumprimento das condições precedentes, habituais em

2.10 Planos de negócios

operações de natureza similar, incluindo a aprovação prévia pela autoridade antitruste (CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica), em 30 de dezembro de 2021, sem restrições, sendo esta decisão considerada final.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos; e

Para financiar os investimentos previstos em tecnologia e logística, a Companhia se utiliza de recursos próprios e recursos de terceiros.

(em milhões de reais) - informações consolidadas	Exercício social em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Risco sacado	15.910	14.171
Capital de terceiros ⁽¹⁾	22.749	13.720
Cash Flow Hedge Account ⁽²⁾	(1.328)	(324)
Total capital de terceiros	37.331	27.567
Passivo a descoberto	(26.667)	(12.622)
Cash Flow Hedge Account ⁽³⁾	941	248
Total capital próprio	(25.726)	(12.374)
Financiamento total	11.605	15.193
Relação capital de terceiros sobre Financiamento total	321,7%	181,4%
Relação passivo a descoberto sobre Financiamento total	(221,7%)	(83,1%)

⁽¹⁾ Corresponde a soma de empréstimos e financiamento e debêntures circulante e não circulante.

⁽²⁾ A Companhia optou por adotar a metodologia Cash Flow Hedge Account nas debêntures (emissão dos bonds). Pelos princípios contábeis desta metodologia, o objeto do hedge é marcado a mercado no endividamento por custo amortizado, com contrapartida no Patrimônio Líquido. Para melhor comparabilidade entre os períodos, o capital de terceiros ajustado deve ser considerado excluindo esse efeito.

⁽³⁾ Cash Flow Hedge Account líquido dos efeitos tributários.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

No exercício de 31 de dezembro de 2022 não havia desinvestimentos relevantes em andamento e/ou previstos.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia, desde que já divulgadas

Conforme informado no item 2.4 – Efeitos Relevantes nas DF's, demonstrados no subitem (b) os quais citamos as constituições e aquisições

c) novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, os investimentos no Desenvolvimento de web sites (um dos principais canais de vendas da Companhia) e sistemas, tais como aplicativos de suporte à operação e infraestrutura tecnológica (compra e desenvolvimento interno de *softwares* e instalação de aplicativos nos web sites) somaram R\$ 828 milhões, um aumento de 41,2% comparado a R\$ 584 milhões em 2021.

2.10 Planos de negócios

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não há.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Não há.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentado nos demais itens desta seção

A Companhia divulga em suas demonstrações contábeis e nos demais itens do formulário, todos os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. - Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A Companhia informa que, em razão dos fatos já divulgados no Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, a sua administração vem conduzindo trabalhos para fins de revisão da sua governança, de modo que esta Política de gerenciamento de riscos e controles internos poderá sofrer alterações.

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos, a qual foi formalmente atualizada e aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 09 de agosto de 2022 ("Política de Gerenciamento de Riscos").

Além disso, adotamos também políticas formais complementares destinadas ao gerenciamento de nossos riscos, tais como: Código de Ética e de Conduta, Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses, Política de Compliance, Política de Combate à Corrupção, Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo dentre outras.

As nossas políticas, códigos e regimentos podem ser consultados em nosso *website* de relações com investidores: ri.americanas.io

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às atividades de negócio do Emissor, de forma a identificar e monitorar os riscos relacionados à mesma ou seu setor de atuação.

i. Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia tem como escopo de sua política de gerenciamento de riscos a proteção contra riscos internos, ou seja, aqueles inerentes ao negócio, e externos, que dependem do contexto no qual o Emissor está inserido. Além disso, uma série de outros fatores de risco são monitorados no dia a dia por frentes específicas, como riscos associados às demonstrações financeiras ou a conduta de associados, parceiros e fornecedores.

i.i. Riscos inerentes às atividades do negócio

A abordagem do gerenciamento de riscos adotada pela Companhia tem por escopo primordial a identificação e a adoção de mecanismos de proteção aos riscos inerentes ao negócio e seu desenvolvimento. Esses riscos possuem diferentes fontes, podendo emergir desde o planejamento estratégico até os impactos externos projetados por meio da atividade fim.

Dentre estes, fazem parte do escopo do gerenciamento de riscos:

- a) Os riscos provenientes de aquisições, projetos e iniciativas;
- b) Riscos observados nas atividades, plataformas tecnológicas e processos que compõem a cadeia de valor do negócio;
- c) Riscos que possam impactar a continuidade do negócio e/ou resultar em perdas operacionais;
- d) Riscos relacionados a conduta, integridade e conformidade;
- e) Riscos relacionados à imagem e reputação da Companhia.

i.ii. Riscos de fontes externas

Para proteger e gerar valor para o negócio, o gerenciamento de riscos estende seu escopo ao ambiente externo, no qual a Companhia e seus negócios estão inseridos, observando as constantes mudanças que ocorrem e na forma como elas podem afetar os objetivos do negócio, buscando ações que permitam antecipar os impactos e reajustar o planejamento estratégico, de modo a mitigar riscos emergentes e explorar as oportunidades.

Para o gerenciamento dos riscos relacionados a esse ambiente são considerados aspectos como:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- a) As transformações na sociedade;
- b) Vulnerabilidade às mudanças climáticas e questões ambientais;
- c) Pandemias, desastres naturais ou humanos;
- d) Incerteza quanto ao cenário político e econômico;
- e) Variações nas taxas e índices de mercado, como câmbio, inflação, PIB, dentre outras;
- f) Mudanças no ambiente regulatório, incluindo a legislação e a regulação de mercado vigentes e o surgimento de novas leis, jurisprudências ou determinações;
- g) Problemas de segurança pública;
- h) Aumento da competitividade;
- i) Avanços tecnológicos, mudanças nos padrões de consumo e surgimento de novos nichos e segmentos;
- j) Ataques cibernéticos.

i.iii. Riscos monitorados por frentes específicas

Em sua estrutura organizacional, a Companhia possui áreas e células dedicadas à proteção e ao controle de riscos específicos, abordados em paralelo às demais frentes citadas, mas também considerados no processo de gerenciamento de riscos, sendo eles:

- a) Riscos de perda de mercadoria e patrimonial;
- b) Riscos de conduta;
- c) Riscos cibernéticos;
- d) Riscos financeiros (crédito, liquidez, garantias, etc.);
- e) Riscos nas demonstrações e reportes financeiros;
- f) Riscos ambientais;
- g) Riscos jurídicos.

ii. Instrumentos Utilizados para Proteção

O sistema de gerenciamento de riscos é composto por um processo definido com base nos principais *frameworks* para gerenciamento de riscos, como a ISO31000 e o COSO II, sendo ele composto pelas etapas de (a) identificação dos riscos e fatores de risco; (b) avaliação e priorização dos riscos (c) plano de ação para resposta ao risco e (d) monitoramento e reavaliação:

Durante esse processo são utilizadas ferramentas como a Matriz de probabilidade x impacto, onde os riscos identificados são avaliados com base em sua probabilidade (ou frequência esperado) e em seu potencial de impacto para os objetivos do Emissor para se chegar a uma pontuação denominada grau de risco. O Mapa de Riscos, também utilizado, concentra todos os riscos avaliados, listados com base em sua criticidade (grau de risco) e agrupados com base nas categorias citadas no tópico i. do Item 5.1 do presente formulário.

Essas ferramentas são operacionalizadas pela área de Riscos e Controles Internos, e o resultado, que pode ser visualizado através do mapa de riscos do Emissor, é apresentado uma vez por ano e sempre que necessário ao Conselho de Administração e Comitê de Auditoria, junto ao plano de ação de cada um dos riscos classificados como prioritários. As demais áreas componentes da segunda e primeira linha, em conjunto com a Administração, priorizam o acompanhamento das ações e os indicadores relacionados a esses riscos que são monitorados regularmente nas três linhas.

Além disso, o Emissor se utiliza de instrumentos formais como políticas, códigos e regimentos para assegurar que haja uma maior proteção de valor e um menor desvio em relação aos objetivos almejados, como é o caso do Código de Ética e de Conduta, que visa reduzir a ocorrência de riscos de Conduta.

Cabe ressaltar ainda que o Emissor possui um sistema de Controles Internos que objetiva não só aprimorar e assegurar a integridade das demonstrações financeiras, mas também fornecer a primeira e segunda linhas um importante mecanismo para a proteção de valor, que possibilita identificar e tratar erros e desvios nos processos que poderiam configurar riscos operacionais materializados. Além disso, a Companhia também conta com uma área de Auditoria Interna responsável por testar a eficiências dos controles.

iii. Estrutura Organizacional de Gerenciamento de Riscos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A estrutura organizacional do gerenciamento de riscos é composta das seguintes áreas/órgãos, além das áreas de primeira linha diretamente relacionadas ao risco priorizado, com as seguintes competências:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável por:

- Validar as diretrizes gerais para o gerenciamento de riscos da americanas s.a.;
- Aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos e suas revisões futuras;
- Incentivar, direcionar e patrocinar o monitoramento dos riscos prioritários dentro dos comitês de assessoramento.

Comitê de Auditoria:

Compete ao Comitê de Auditoria:

- Fornecer ao Conselho de Administração, sempre que necessário, sua percepção do grau de exposição a riscos da Companhia e influenciar na definição dos limites de apetite ao risco;
- Avaliar e validar a revisão anual do Mapa de Riscos, bem como os planos de ação para tratamento dos riscos prioritários;
- Monitorar os riscos prioritários que não estiverem sendo acompanhados pelos demais comitês de assessoramento conforme direcionamento do Conselho de Administração.

Diretoria

A Diretoria é responsável por:

- Revisar as diretrizes, Matriz e Mapa de Riscos, determinando os limites de exposição e deliberando quanto às ações para mitigação dos riscos;
- Definir e dar suporte à estrutura de gerenciamento de Riscos da Companhia;
- Definir, em conjunto com a área de Riscos e a primeira linha, os planos de ação para mitigação dos Riscos, dando suporte para a sua execução;
- Supervisionar o processo de avaliação de Riscos e monitorar a evolução da exposição aos Riscos e os sistemas de gerenciamento de Risco;
- Validar e garantir o cumprimento dos planos de contingência, de modo a garantir a Continuidade do Negócio;
- Disseminar a cultura da gestão de Riscos na Companhia e em suas controladas.

Área de Riscos e Controles Internos

A Área de Riscos e Controles Internos são responsáveis por:

- Definir e desenvolver a metodologia para gerenciamento de riscos internamente;
- Elaborar e atualizar a Matriz de Riscos, revisando as informações contidas sempre que houver mudanças relevantes na percepção de criticidade dos riscos;
- Interagir com as áreas críticas da Companhia, de modo a se antecipar aos Riscos decorrentes de iniciativas e projetos, bem como às vulnerabilidades identificadas em novos negócios e aquisições;
- Analisar os processos atuais sob a ótica de Riscos e Controles Internos, avaliando, implantando e monitorando ações e controles com o objetivo de reduzir a exposição ao Risco;
- Operacionalizar e disponibilizar à Diretoria, ao Conselho de Administração e Comitê de Auditoria o Mapa de Riscos da Companhia, contendo os riscos prioritários e os respectivos planos de ação para resposta;
- Identificar o potencial de impacto na continuidade do negócio dos riscos mapeados em cada uma das frentes de atuação, estruturando junto as áreas de negócio ações de contingência e procedimentos de resposta em um plano de contingência;
- Comunicar, tempestivamente, os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas;
- Fornecer apoio metodológico aos departamentos operacionais e funcionais da Companhia por meio de ferramentas e serviços sob demanda, apresentando, sua percepção quanto à exposição ao Risco em um determinado processo, projeto ou iniciativa;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Redesenhar processos críticos junto a primeira linha e normatizar os processos redesenhados.

Auditoria Interna

A área de Auditoria Interna é responsável por:

- Aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de Riscos da Companhia, sugerindo alterações ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Diretoria, quando necessário;
- Testar a efetividade dos controles e medidas implementadas para mitigação dos riscos;
- Identificar eventuais vulnerabilidades nos processos da Companhia e comunicá-las em tempo hábil para a área de Riscos e Controles Internos;
- Atuar junto a primeira e segunda linhas no tratamento de desvios e vulnerabilidades identificadas, supervisionando a implementação de ações corretivas para mitigação de riscos;
- Verificar e testar periodicamente a existência e a adequação do Plano de Continuidade do Negócio e dos planos de contingência para as principais atividades da Companhia.

Investigações

A área de Investigações é responsável por:

- Apurar casos suspeitos de fraudes e de outras ações que possivelmente contrariem os valores, Código de Ética e Conduta e demais Políticas da Companhia;
- Utilizar técnicas de entrevista, forense e análise SCAN para levantamento de dados e apuração de suspeitas, que podem ser recebidas por meio de monitorias próprias, checagens da Auditoria Interna, acionamento das demais áreas da Companhia ou através do Canal de Denúncias;
- Gerenciar o canal de denúncias e as denúncias recebidas por meio deste.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia informa que, em razão dos fatos já divulgados no Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, contratou uma consultoria especializada para avaliar se sua estrutura operacional e seus controles internos estão adequados ao seu porte e à complexidade de suas atividades para monitorar os riscos inerentes aos seus negócios de maneira eficaz e periodicamente testar os controles utilizados para mitigar esses riscos e os correspondentes impactos nos seus resultados.

Nossa administração monitora e avalia se as operações que efetuamos estão de acordo com as políticas por nós adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos nossos objetivos. Além disto, na data deste Formulário de Referência, possuímos um Comitê de Auditoria instalado, conforme prática recomendada pelo Novo Mercado, e sempre que necessário revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. - Descrição dos controles internos

A Companhia informa que segue conduzindo esforços para revisar e aprimorar suas estruturas de governança de modo à fortalecer seu ambiente de controle e disseminar uma cultura de gerenciamento de riscos dentro do negócio. A Política de Gerenciamento de Riscos segue em revisão, com previsão para aprovação pela Alta Administração ainda no ano de 2024.

a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os processos de gestão de riscos e de controles internos da Companhia estão estabelecidos com base nas premissas do COSO II — *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*. Neste sentido, a administração da Companhia possui um conjunto de normas, políticas e procedimentos que constituem a base para a prática de controles internos em todos os níveis da sua estrutura, seja em termos hierárquicos ou organizacionais.

O sistema de controles internos da Companhia é composto por práticas e parâmetros, que consideram:

- Aspectos de conduta, ética, governança e cultura;
- Desenvolvimento da estratégia;
- Formulação dos objetivos de negócio, avaliação do desempenho, identificação, monitoria e priorização dos riscos com implementação das respostas aos riscos priorizados;
- Atividades de controle desenvolvidas ao longo da cadeia de valor, voltadas para a prevenção e detecção de fraudes, erros operacionais e outros riscos relacionados às transações, como aprovações, segregação de funções, alçadas, revisões, conciliações, controles automáticos e outros.
- Análise e revisão conforme mudanças importantes no contexto do negócio;
- Informação e comunicação, incluindo as alavancas de sistemas de informação; e
- Aprimoramento contínuo por meio de testes e avaliações de sua efetividade.

As práticas adotadas têm por objetivo promover um sistema de Controles Internos robusto, permitindo a mitigação de riscos, revisando os controles adotados e implementados novos sempre que necessário com o objetivo de aperfeiçoar os níveis de controle da organização.

Além disso, considerando o conjunto de atividades de controle, a Companhia realiza avaliações cíclicas compostas por mapeamentos, avaliação de riscos, detalhamento de mecanismos de controles e testes de design e efetividade, de modo a identificar oportunidades e deficiências e possibilitar o seu aprimoramento contínuo.

b) Estruturas organizacionais envolvidas

As atividades de gerenciamento de Riscos realizadas na Companhia têm como princípio a adoção do Modelo das Três Linhas, que determina, de forma geral, as atribuições nos processos de gestão de riscos e de controles internos a três níveis organizacionais distintos que atuam de forma complementar nos esforços para proteção e mitigação de riscos.

O modelo e sua abordagem compreendem os seguintes componentes:

- 1ª Linha: Áreas que executam atividades finais, sendo responsáveis por executar as atividades de controle relacionados a entrega de produtos e serviços aos clientes no dia-a-dia da operação;
- 2ª Linha: áreas especializadas que fornecem apoio a Primeira Linha, realizando monitorias e questionamentos quanto aos controles praticados e oferecendo mecanismos de proteção aos riscos identificados;
- 3ª Linha: área de Auditoria Interna, responsável por realizar avaliação e assessoria de forma independente e objetiva para mensurar a efetividade dos mecanismos de proteção e mitigação de riscos desenvolvidos e executados pelas Primeira e Segunda linhas, identificando e comunicando oportunidades de melhoria.
- Corpo Administrativo: Presta contas às partes interessadas e supervisiona a atuação das três linhas, avaliando a efetividade do gerenciamento de riscos e garantindo o comprometimento de todas as estruturas envolvidas por meio de integridade, liderança e transparência.

5.2 Descrição dos controles internos

As atividades de reporte e normatização dos Controles Internos são centralizadas na área de Riscos e Controles Internos, reportando à diretoria estatutária da Companhia, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

No nível das transações, as atividades de controles internos são implementadas, monitoradas e avaliadas em todos os estágios dos processos de negócios e no âmbito da tecnologia da informação. Estas atividades de controles variam em sua natureza e abrangem um conjunto de atividades manuais e automatizadas, tais como autorizações e aprovações, conferências, reconciliações e avaliações de desempenho de negócios. Os principais executivos da Companhia, incluindo cargos gerenciais e de diretoria, são responsáveis pelo acompanhamento da evolução das práticas e da evolução dos controles ao longo do tempo. A Companhia conta com uma área de Controles Internos responsável por gerenciar os controles executados pela primeira linha, de forma a identificá-los e auxiliar as áreas responsáveis pelos mesmos sanando eventuais deficiências.

Além disso, as atividades de testes e avaliação de efetividade de controles realizadas pela área de Controles Internos e pela Auditoria Interna são reportadas periodicamente ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, que fornecem o apoio necessário para a priorização e implementação de ações que visem aprimorar o sistema de Controles Internos da Companhia.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado do auditor independente

As informações abaixo apresentadas estão relacionadas ao relatório circunstanciado emitido pelos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social de 2022 e estão sendo apresentadas agora, em 2024, em virtude da complexidade da fraude nas demonstrações financeiras da Companhia e aos esforços envidados pela Companhia no ano de 2023 para aprovação de seu Plano de Recuperação Judicial.

O estudo e a avaliação dos processos que impactam as Demonstrações Financeiras e de controles internos da Companhia conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras, é efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

No exame realizado pela auditoria independente, selecionam-se procedimentos de auditoria com o objetivo de obter evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Dentre esses procedimentos, entende-se o que inclui o controle interno da Companhia, para a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na avaliação desses riscos, segundo as normas de auditoria, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Assim, são apresentadas recomendações para o aprimoramento dos controles internos resultantes das constatações feitas no decorrer de nossos trabalhos por meio de uma carta de recomendação, emitida ao final de toda auditoria anual. Em tal documento, são comentados os pontos de melhoria nos controles internos e, quando aplicável, deficiências significativas.

Em razão dos fatos já divulgados no Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, a Companhia contratou consultoria especializada para auxiliar a administração na apresentação das DFs de 2022 e reapresentação das DFs do exercício anterior.

A administração da Companhia realizou todos os ajustes necessários nas DFs de 2022 e 2021 e concluiu que as referidas DFs, apresentadas em 16 de novembro de 2023, com abstenção de opinião do auditor independente, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a condição financeira, os resultados de operações e o fluxo de caixa, uma vez que os efeitos de todos os fatos conhecidos pela administração até a conclusão das DFs já foram nelas refletidos.

5.2 Descrição dos controles internos

Em 15 de janeiro de 2024, os auditores independentes emitiram o relatório circunstanciado de recomendações sobre os trabalhos realizados relativos à auditoria das DFs de 2022 e 2021 da Companhia e suas controladas, com comentários da Administração.

Os auditores entendem que os assuntos reportados não representaram riscos de distorções relevantes para as DFs e, portanto, não afetaram o relatório de auditoria, emitido com abstenção de opinião, datado de 14 de novembro de 2023.

Durante o processo de auditoria para reapresentação das DFs de 2022 e 2021, foi observada no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado pelo auditor independente à Companhia em janeiro de 2024, a informação sobre a existência das seguintes deficiências significativas relacionadas aos aspectos (i) contábil; (ii) tecnologia da informação; e (iii) normas e procedimentos operacionais "POPs":

(i) Contábil:

- Contas a receber – Manutenção de controles adequados de reconciliação da posição de cartões com os extratos extraídos das operadoras e terceiros relacionados:

Foi identificado que o controle de movimentação geral de cartões preparados em arquivo Excel não possui evidências formalizadas de que a base utilizada foi extraída dos seus sistemas internos. Não houve resposta das cartas de circularização de adquirentes e operadoras de cartões (Adyen - HNT, Alelo e Cielo) e foi necessário realizar procedimentos alternativos para a validação dos saldos. E não foram identificados (i) procedimento uniforme de reconciliação para transações e saldos do Contas a Receber; (ii) controle adequado de conferência de saldos e transações com a AME Digital; (iii) controle adequado de conferência de saldos e transações com investida da Companhia.

- Fornecedores e contas a pagar – Ausência de classificação financeira que permita o confronto com a posição contábil:

Foi identificado na reconciliação de Demais Fornecedores, Aluguéis a Pagar, Concessionária a Pagar e Contas a pagar de serviços de limpeza variações entre a posição financeira e contábil. Em 31/12/22 as correções foram realizadas para fins de divulgação das demonstrações contábeis.

- Fornecedores e contas a pagar – Conciliação de Fornecedores – inconsistências:

Foram identificadas (i) R\$ 26 mil em inconsistências nos saldos de contas a pagar da Companhia em 31/12/22 em relação ao Quadro Geral de Credores apresentado no Plano de Recuperação Judicial de 12/01/23; e (ii) R\$ 2,5MM de diferenças entre as respostas de conciliação de fornecedores para os quais foram realizados procedimentos alternativos para a análise dos saldos.

- Despesas com vendas – Ausência de documentação suporte:

Foi identificada ausência de documentação suporte da seleção de algumas despesas com vendas.

- Despesas gerais e administrativas – Ausência de documentação suporte:

Foi identificada ausência de documentação suporte da seleção de algumas despesas gerais e administrativas.

- Despesa financeira – Ausência de documentação suporte:

Foi identificada ausência de documentação suporte da seleção de algumas despesas financeiras.

- Combinações de negócios – Falhas nas informações prestadas para avaliação econômico-financeira realizada no contexto de aquisição do negócio HNT em 2021.

(ii) Tecnologia da Informação:

- Aplicáveis à Companhia:

- Segregação de acessos (acessos conflitantes – Matriz Sod) Sistemas Umbrella, EBS e HYDRA e SAP e revisão de acesso Sistema SAP e Mastersaf:

5.2 Descrição dos controles internos

Não foram registradas revisões de acesso para o Sistema Mastersaf durante o período de 21/22. Foram notados usuários ativos com acessos conflitantes por meio de relatórios extraídos dos Sistemas Umbrella, EBS e Hydra. Não houve a conclusão dos testes de acessos conflitantes no sistema SAP, pois não foi possível verificar o cargo e a função junto ao cadastro do RH e identificou-se a presença de usuários genéricos sem a descrição do nome completo do responsável.

- **Gestão de Mudanças:**

Foi identificada ausência de evidência de controle que garanta que toda aplicação desenvolvida e transportada para ambiente de produção nos sistemas é realizada após confronto de mudança desenvolvida versus mudança solicitada, sendo devidamente testada e aprovada.

- **Segregação de Ambientes (Sistemas Umbrella e EBS):**

Não foram recebidas pelos auditores independentes documentações suficientes para concluir se o controle opera de maneira eficaz ou ineficaz para segregação de ambientes no sistema EBS e não foi identificado usuários ativos nos recursos de desenvolvimento, homologação e produção no sistema Umbrella.

- **Gestão de incidentes:**

Não foram recebidas pelos auditores independentes evidências de controles e processos referentes a gestão de incidentes da Americanas, incluindo a falta de política de tratamento de incidentes.

- **Gestão de Vulnerabilidades:**

Os auditores independentes não identificaram uma base completa de 2021 a 2022, tendo apenas a lista referente ao período de julho a setembro/22. Desta forma, não foi possível aos auditores independentes emitirem opinião a respeito.

- **Aplicáveis ao negócio HNT:**

- **Ausência de um Plano de Continuidade de Negócios – PCN e do Plano Recuperação de Desastres – PRD para o negócio HNT:**

Foi identificada ausência de um Plano de Continuidade de Negócios (PCN), Plano de Recuperação de Desastres (PRD), Business Impact Analysis (BIA), testes de aplicação e as respectivas políticas no HNT.

- **Ausência de um processo formal no HNT para revisão dos acessos aos sistemas e segregação destes:**

Foi identificado que não existe processo formal de revisão de acesso para os sistemas SAP e HYDRA, ausência de Matriz SOD e funções conflitantes atreladas aos mesmos usuários.

- **Uso de contas genéricas e ausência de Termos de Responsabilidade relacionados aos usuários genéricos e com acessos privilegiados nos sistemas de HNT:**

Foi identificado nos sistemas SAP, HYDRA e na rede AD usuários genéricos e administradores sem documentação suporte e duplicados, incluindo a falta de Termo de Responsabilidade para controle de contas e ausência da aprovação da Alta Administração para utilização de contas genéricas e administradoras.

- **Ausência de processo formal para Gestão de Mudanças nos sistemas de HNT:**

Não foi recebida pelos auditores independentes política, procedimentos, matriz de gestão de mudanças e a lista de chamados relacionados a mudanças de sistemas. Também não foram identificados controles que assegurem que todas as mudanças adicionadas nos sistemas em ambiente de produção estão relacionadas a uma requisição formal, testada e aprovada.

- **Gestão de Vulnerabilidades – Pendências de 2021 na solução de vulnerabilidades consideradas críticas para alguns dos sistemas de HNT:**

5.2 Descrição dos controles internos

Foi identificada ausência de testes de penetração e seis vulnerabilidades que não foram solucionadas e estão sem tratativa desde 2021, duas destas vulnerabilidades foram consideradas de alta criticidade.

- Segregação de Ambientes – Inexistência de segregação adequada entre os ambientes de tecnologia para homologação e produção de sistema de HNT

Os auditores independentes identificaram ausência de segregação de ambiente eficaz.

(iii) Normas e Procedimentos Operacionais “POPs”:

- Ausência de políticas e procedimentos operacionais formalizados para os processos de estoque obsoleto, fechamento contábil, faturamento e folha de pagamento.
- Formalização do processo de revisão e aprovação dos lançamentos manuais

Foi identificado volume significativo de lançamentos manuais correspondentes a registros contábeis fictícios e sem documentação suporte, como: ajustes da reapresentação, verbas de propaganda cooperada, juros de risco sacado, registros fictícios em imobilizado, intangível e em outras contas a pagar.

- Ausência de formalização das análises contábeis:

Não foi identificada a formalização das análises contábeis gerencias e externas ao ERP.

- Formalização da revisão sobre o mapa de consolidação:

Foi identificada falta de formalização na revisão do mapa de consolidação, que após atualização pelo analista é revisado pelo gerente, mas de maneira informal.

- Necessidade de aprimoramento nos controles de tomada de equivalência patrimonial e consolidação de controladas:

Foi identificado risco de erro e inconsistências no mapa de equivalência patrimonial e no de consolidação devido ao grande volume de dados e transações que são registrados em planilhas eletrônicas. Foram consideradas possíveis inconsistências diante de diversos balancetes extraídos, em sistemas diferentes (SAP e Oracle), para compor saldos da Companhia.

- Ausência de formalização das revisões realizadas nos registros contábeis:

Foram identificadas (i) diversas contas contábeis sem relação direta entre a bases de informação ea posição contábil, e sem designação formal de um preparador e revisor; e (ii) fragilidade na rotina e processamento de dados contábeis. O auditor recomendou procedimentos para a formalização das revisões, incluindo nome, data e rastreio de ajustes pelo revisor, minimizando assim o risco de fraude.

- VPC (Verba de Propaganda Cooperada) – Fragilidade no processo de validação das Cartas de VPC inseridas no sistema para contabilização:

Foi verificada (i) a existência de uma rotina de processamento e registros de VPC fora da rotina oficialmente desenhada e prevista pela Companhia; e (ii) a existência de registro de verba com fornecedores sem o devido respaldo documental e sem a devida rotina de aprovação destas transações. Os auditores independentes consideraram a rotina de VPC frágil e suscetível a inconsistências pois parte das correspondências com fornecedores ainda são formalizadas por mensagem eletrônica.

Risco Sacado – Transações financeiras decorrentes de convênios celebrados com diversas instituições financeiras para operações de risco sacado (também conhecidas como confirming, forfait, ou fornecedor condicionado) que não estavam registradas nas rubricas contábeis adequadas –Foi verificado que os registros decorrentes de transações financeiras envolvendo risco sacado e tomada de crédito para capital de giro não foram devidamente registrados pela tesouraria e reconhecidos em rubricas contábeis adequadas conforme normas (IFRS e IASB).

- Registros Contábeis – utilização de off books para registro dos levantamentos e ajustes decorrentes das inconsistências apuradas relacionadas ao Fato Relevante de 11 de janeiro de 2024:

5.2 Descrição dos controles internos

Utilização de “offbooks” para fins de preparação e refazimento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, assim como, da reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e nos

saldos iniciais em 1º de janeiro de 2021, das referidas demonstrações contábeis. Além disso, em função do grande volume de dados e ajustes apurados, houve atraso por parte da Companhia para realizar os registros contábeis nos sistemas operacionais SAP e Oracle.

Em razão da complexidade da fraude, da necessidade de desligamento de profissionais relevantes da Companhia e dos esforços envidados pela Companhia no ano de 2023 para aprovação do Plano de Recuperação Judicial, a Administração não teve tempo hábil para melhor discutir todos os pontos de deficiência significativa levantados pelos auditores independentes, inclusive porque muitos deles foram apresentados de forma inédita em cartas de controles internos, além de a Administração entender que alguns destes pontos não refletiam a realidade da Companhia.

Além disso, apesar dos pontos sinalizados pelos novos auditores sobre as DFs de 2021 e 2022, os relatórios das auditorias anteriores não haviam apontado algumas das deficiências acima e outras não haviam sido sinalizadas como deficiências significativas, o que dificultou também a busca por evidências pela Companhia, de modo que a documentação suporte de determinados pontos não chegou a tempo para análise do auditor independente.

De todo modo, a administração da Companhia elaborou seus respectivos planos de ação para dar o devido tratamento a todos os pontos de deficiência significativa indicados pelos auditores independentes no relatório circunstanciado e entende que os planos definidos para tais deficiências estão adequados para a correta implementação das recomendações reportadas pelos auditores independentes.

A área de riscos e controles internos está responsável pelo acompanhamento dos planos de ação que foram estruturados de acordo com as oportunidades de melhoria indicadas na carta dos auditores independentes e com as análises realizadas pela equipe de riscos e controles internos juntamente com as áreas responsáveis por cada assunto.

A Administração vem concentrando seus esforços para atualizar os auditores independentes para os trabalhos referentes ao exercício social de 2023.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências no relatório circunstanciado do auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Estamos comprometidos em continuar a melhorar nossos processos e continuaremos a revisar diligentemente nossos controles, a fim de mitigar potenciais efeitos adversos. Nesse sentido, implementamos e continuamos a implementar medidas destinadas a remediar as deficiências significativas, a curto e médio prazo e estamos em processo de implementação de planos de ação em resposta às deficiências significativas relacionadas aos aspectos Contábil, Normas e Procedimentos Operacionais “POPs” e Tecnologia da Informação.

A Companhia vem envidando todos os esforços para o saneamento dos pontos apurados pela auditoria independente, dentre os quais se destacam: (i) a implementação de um sistema EPM para automatização do cálculo de tomada de equivalência patrimonial e consolidação das controladas, de forma a evitar distorções significativas e/ou relevantes nas informações contidas nas demonstrações financeiras; (ii) a implementação de fluxo integrado para o processo de Verba de Propaganda Cooperada (VPC) para o físico e digital no novo sistema Portal Fornecedor e a formalização do processo através de um memorando técnico com o objetivo de mitigar fragilidades significativas em seus processos e controles que abrem possibilidade de fraudes; e (iii) a implementação de um sistema unificado de ERP, bem como a melhoria de seus controles tecnológicos.

Vale ressaltar que todos os pontos elencados no item “d” acima são referentes às auditorias das DFs de 2022 e 2021, portanto, refletindo os aspectos referentes a estes anos especificamente.

A administração da Companhia avaliou as demais recomendações reportadas pelos auditores independentes e, com base na relevância, probabilidade e possível magnitude dessas falhas, concluiu que os planos de ação definidos para tais deficiências estão adequados para a correta implementação das referidas recomendações.

A administração discutiu as recomendações com os auditores independentes, apontadas como significativas ou não, e concluiu que estas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras.

5.3 Programa de integridade

5.3. - Programa de integridade

A Companhia informa que, em razão dos fatos já divulgados no Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, a sua administração vem conduzindo trabalhos para fins de revisão da sua governança, de modo que esta Política de gerenciamento de riscos e controles internos poderá sofrer alterações.

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos, ampla e abrangente, revisada e aprovada em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 9 de agosto de 2022, cujo objetivo é formalizar e estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades para controle e mitigação qualitativa e quantitativa dos riscos que afetam o desempenho e o crescimento da Companhia e suas subsidiárias ("Política de Gerenciamento de Riscos").

As atividades de gerenciamento de Riscos têm como princípio a adoção do Modelo das Três Linhas, que determina, de forma geral, as atribuições nos processos de gestão de riscos e de controles internos a três níveis organizacionais distintos que atuam de forma complementar nos esforços para proteção e mitigação de riscos.

Os riscos mapeados são monitorados constantemente pela primeira e segunda linhas através de atividades gerenciais contínuas e/ou avaliações independentes, indicadores de riscos, implantação dos planos de ação e alcance de metas, sendo também acompanhadas as ações para mitigação e controle desses riscos como parte do escopo de atuação das áreas de Riscos e Controles Internos e de Auditoria Interna.

São considerados na Política de Gerenciamento de Riscos, dentre outras categorias, os impactos provenientes de desvios de conduta, fraudes, corrupção e outros aspectos relacionados a conformidade e integridade. A existência de fatores de risco associados a esses aspectos é observada durante todo o processo de Gerenciamento de Riscos, composto pelas seguintes etapas:

1) Identificação de riscos

Riscos dessa natureza podem ser identificados durante o mapeamento de processos do negócio, em projetos e novos negócios, sobretudo onde há envolvimento de terceiros ou de órgãos públicos ou, ainda, durante apurações internas conduzidas pela área de Investigações.

2) Avaliação dos riscos

Os eventos de riscos dessa natureza são avaliados de acordo com a metodologia aplicada na Companhia, onde são descritos todos os possíveis fatores que podem levar a sua ocorrência e os impactos caso se materializem, sendo atribuída uma pontuação de probabilidade e outra de impacto, que juntas configuram o nível de criticidade do risco (multiplicação da probabilidade pelos impactos).

Na composição do mapa de riscos da Companhia, esses riscos são distinguidos dos demais, recebendo um atributo de identificação específico para fins de composição de relatórios e reportes, e são reavaliados pelo menos uma vez a cada ano.

3) Tratamento e resposta aos riscos

De acordo com a metodologia adotada, os riscos avaliados são priorizados com base em sua criticidade. Com isso, são tomadas ações para mitigar ou eliminar esses riscos, de modo a evitar ou reduzir sua probabilidade de ocorrência e/ou seus eventuais impactos.

4) Comunicação

O Mapa de Riscos é revisado sempre que necessário e pelo menos uma vez ao ano é apresentado pela Diretoria de Riscos, Auditoria e Compliance e validado pelo Conselho de Administração e Comitê de Auditoria. Para cada revisão, os riscos que o compõe são reavaliados com base no cenário e diretrizes vigentes, podendo haver alteração nos riscos prioritários caso surjam riscos emergentes ou fatos e eventos de elevada magnitude que alterem as pontuações de criticidade de um ou mais riscos no mapa. Os riscos considerados prioritários têm seus planos de ação acompanhados pelo Conselho de Administração por meio de seus

5.3 Programa de integridade

Comitês. Eventuais riscos relacionados a conformidade e integridade são discutidos em conjunto a Comissão de Compliance, que irá supervisionar a implementação das medidas.

Além da Política de Gerenciamento de Riscos, a Companhia conta ainda com diversas políticas, regimentos e Código de Ética e Conduta, adaptados e atualizados em Agosto de 2022 e sempre que necessário, passando por aprovação das Diretorias e estruturas competentes, bem como os Comitês e o Conselho de Administração, de modo a promover as boas práticas, como as frentes de ética, Compliance e sustentabilidade, relacionamento com stakeholders, conduta interna, situações práticas, canais de denúncia e sanções. Em conjunto, esses instrumentos proíbem qualquer forma de suborno, implementam preceitos de governança corporativa, incentivam a legalidade e a transparência de sua gestão e todos stakeholders, cumprem a Lei Anticorrupção, além de fornecer canais de denúncia e prever sanções ao seu descumprimento.

O Código de Ética e Conduta é aplicável a todos os associados e parceiros, apresenta valores e compromissos que devem ser seguidos por todas as partes interessadas, ao longo da nossa cadeia de valor.

A Política de *Compliance* tem como objetivo estabelecer as diretrizes e principais responsabilidades associadas à função de Compliance, observando as boas práticas de mercado e regulamentações aplicáveis, bem como disseminar a cultura e a prática de integridade por todos os níveis da Companhia, demonstrando a importância do conhecimento e cumprimento das determinações legais e procedimentais, tanto externas quanto internas.

A Política de Combate à Corrupção, estabelece e formaliza as diretrizes, regras e procedimentos para prevenir, identificar, monitorar, comunicar e combater quaisquer práticas de corrupção dentro da Companhia.

A Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo estabelece definições, diretrizes e responsabilidades na prevenção e combate a tais atos ilícitos, bem como informa canal para denúncia de irregularidades ou condutas suspeitas e apresenta as regulamentações de referência.

A Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses estabelece as regras que devem ser observadas em todas as transações comerciais. Fornece orientações à conduta dos administradores da Companhia e de suas controladas, de forma a zelar para que todas as Transações com Partes Relacionadas, e outras situações que envolvam potenciais conflitos de interesses, sejam realizadas de acordo com os interesses da Companhia, em condições estritamente comutativas ou com pagamento compensatório adequado, e de forma transparente aos acionistas e ao mercado em geral.

A Política de Segurança da Informação estabelece os princípios, diretrizes e regulamentos a fim de garantir o tratamento seguro das informações, dos dados e comunicações da Companhia e as Políticas de Privacidade demonstram o compromisso com a transparência, a privacidade e a segurança dos dados dos titulares, em linha com as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/18).

Além dos instrumentos já citados existe o Regulamento de Interações com Agentes Públicos, que reforça os padrões éticos e de conduta que devem ser adotados nas interações com agentes públicos, bem como estabelece medidas de cautela, de registro e controle dessas interações.

A Companhia adota ainda diversas ações preventivas de disseminação do Programa de Integridade, tais como: a) disponibilização de conteúdos na plataforma de treinamentos corporativa – Americanas Educa; b) inclusão da temática de integridade no programa interno de formação de lideranças; c) ações de comunicação na plataforma de colaboração corporativa através do grupo “Ética na Prática”; d) realização do evento “Mês da Ética”, promovendo lives temáticas para disseminar a cultura de ética e integridade entre os associados; e) divulgação de relatório anual para acionistas e demais partes interessadas pela Companhia estabelecendo métricas e indicadores do Programa de Integridade; bem como f) ampla divulgação do Canal de Denúncias, pilar do Programa de Integridade.

O Canal de Denúncias é independente, especializado e terceirizado, o Disk Alerta, onde as denúncias podem ser feitas de maneira anônima, estando disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, online no site <https://canaldedenuncias.com.br/universoamericanas> ou pelo telefone 0800 282 2550. As denúncias reportadas são tratadas de forma confidencial e os envolvidos tem preservados os seus direitos à privacidade e à confidencialidade, sendo inaceitáveis quaisquer formas de coação ou represálias. As denúncias recebidas são apuradas pela área de Investigações e classificadas, ao término da apuração, como: procedente, improcedente ou inconclusiva. Dentre as sanções aplicadas às denúncias apuradas como procedentes, estão: medidas disciplinares, demissões, demissões por justa causa ou até mesmo processos criminais, dependendo da gravidade da violação.

ii. As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi

5.3 Programa de integridade

formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A despeito do acima descrito, a Companhia, por meio de sua Diretoria, do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração, monitora a eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade. Com o intuito de viabilizar o fortalecimento de sua cultura ética, de riscos e de conformidade com a legislação e com os valores da Companhia, a Companhia mantém um Programa de Integridade (conhecido internamente como Programa “Ética na Prática”) voltado para todos os seus associados, parceiros e fornecedores, sejam eles de natureza permanente, temporária, excepcional ou eventual. O Programa é baseado em pilares que englobam processos e atividades conduzidas por diferentes áreas e possuem o intuito de prevenir, detectar e corrigir desvios à legislação, externa e interna, e à cultura ética. É, portanto, por meio da atuação conjunta desses pilares que a Companhia conduz os seus negócios com integridade e conformidade.

Além disso, como já dito, a Companhia adota o modelo das três linhas de defesa e acredita que as diversas áreas têm responsabilidade em monitorar os seus próprios riscos como primeira linha, e mantém áreas de controle, de segunda linha, como as áreas de Controladoria, Riscos e Controles Internos, Compliance, Controle e Prevenção de Perdas, Jurídico e Segurança da Informação e também as áreas de terceira linha, Auditoria Interna e Investigações, fortalecendo o funcionamento e a eficiência dos mecanismos.

As áreas de controle são subordinadas operacionalmente às Diretorias Estatutárias e não Estatutárias da Companhia e pelo menos uma vez por ano, os riscos prioritários e seus planos de mitigação são reportados e discutidos junto ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria. O Conselho de Administração possui comitês de assessoramento que acompanham a estratégia de negócio e propõem recomendações para a gestão da Companhia. Ao todo, temos quatro Comitês – Auditoria, Financeiro, Nomeação, Gente & Sustentabilidade - nomeados pelo CA – formados por conselheiros e por membros externos e independentes convidados, que se reúnem a cada fechamento de trimestre ou sempre que houver convocação pelo seu Presidente em uma necessidade extraordinária.

Em 2021, em mais um passo em linha com as boas práticas de governança, a Companhia criou a Diretoria de Riscos, Auditoria e Compliance, no intuito de assegurar uma estrutura integralmente dedicada ao monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, com canal direto ao Comitê de Auditoria da Companhia, garantindo independência na prevenção e detecção de fraudes e erros, com o objetivo de mitigar os riscos inerentes ao negócio que desenvolve.

Em abril de 2023, com vistas a aprimorar a gestão de riscos e controles, incluindo as circunstâncias que ocasionaram as inconsistências em lançamentos contábeis identificadas neste ano, a Companhia criou uma nova diretoria não estatutária jurídica e de compliance.

O novo Diretor Jurídico e de Compliance será responsável pela área jurídica e pela integridade corporativa da companhia e terá autonomia em relação às demais estruturas de gestão da Americanas, reportando-se administrativamente ao Diretor Presidente.

iii. Se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

Na data deste Formulário de Referência, possuímos um código de ética, formalmente revisado e aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 9 de agosto de 2022.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Ética e Conduta da Companhia se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e associados e abrange também terceiros, tais como fornecedores e parceiros e está publicado em nosso site de Relações com Investidores que pode ser acessado através do link <https://ri.americanas.io/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/>

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Os diretores, conselheiros e associados recebem o treinamento em relação ao Código de Ética e Conduta no processo de ambientação que ocorre no ingresso à Companhia, pelo menos uma vez ao ano ou a cada revisão do mesmo.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

5.3 Programa de integridade

São previstas aplicações de sanções para cada tema aplicável no Código de Ética e Conduta, a depender da natureza da violação. Dentre as sanções possíveis de aplicação, estão medidas disciplinares, demissões, demissões por justa causa ou até mesmo processos criminais, dependendo da gravidade da violação.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética e Conduta foi revisado e aprovado pelo Conselho de administração, em reunião realizada em 9 de agosto de 2022 e pode ser acessado através do link <https://ri.americanas.io/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/>

- b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

- i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia possui um canal para realização de denúncias, o Disk Alerta, independente, especializado e terceirizado, onde as denúncias podem ser feitas de maneira anônima por qualquer associado ou cidadão que se relacione conosco, estando disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, online no site <https://canaldedenuncias.com.br/universoamericanas> ou pelo telefone 0800 282 2550.

- ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Disk Alerta é aberto a todos os stakeholders e tem como objetivo assegurar que todos os associados, fornecedores, parceiros, clientes ou qualquer cidadão ao observarem quaisquer desvios às diretrizes do Código de Ética e Conduta, políticas e regimentos internos ou atitudes suspeitas, possam reportá-los.

- iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

As situações reportadas serão tratadas de forma sigilosa, sendo possível optar pelo anonimato. Todos os envolvidos têm reservados os seus direitos à privacidade e confidencialidade, sendo inaceitáveis quaisquer formas de coação ou represálias.

- iv. órgão da companhia responsável pela apuração de denúncias**

O canal é corporativo, ou seja, compreende a Companhia e suas controladas, e é administrado por uma empresa independente, terceirizada e especializada. Todas as informações necessárias para a apuração das denúncias são direcionadas para área de Investigações da Companhia, altamente treinada, imparcial e independente.

- c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas**

A Companhia não teve nenhum caso em investigação ou confirmado, nos últimos 3(três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

- d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

A Companhia possui Código de Ética e Conduta, políticas e regimentos internos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes, conforme previsto no item 5.3 a) deste Formulário de Referência.

5.4 Alterações significativas

5.4 - Alteração significativa

A Companhia realizou uma revisão de sua política de gerenciamento de riscos, a qual foi formalmente aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia ("Política de Gerenciamento de Riscos") em 09 de agosto de 2022. A revisão visava evidenciar de maneira mais detalhada a metodologia utilizada pela Companhia. O risco de continuidade de negócio ficou mais exposto a partir do conhecimento de possíveis inconsistências contábeis conforme fato relevante divulgado em 11 de janeiro de 2023, com bloqueios de contas pelos bancos, o que foi minimizado com o ajuizamento do pedido de recuperação judicial em 19 de janeiro de 2023. Desde então, a Companhia vem dedicando todos os seus esforços na construção, negociação e aprovação de um plano viável com seus credores, no atendimento às necessidades de seus clientes, na manutenção da maior parte possível de seus empregos diretos e indiretos e em contribuir ativamente com o Comitê Independente e com os órgãos competentes nas investigações decorrentes do caso. Dessa forma, seu nível de exposição a riscos ligados à sua reputação, à concorrência, ao fornecimento de produtos e à captação de recursos de crédito e financiamento de dívidas aumentaram significativamente. A mudança na percepção da Companhia sobre esses riscos encontra-se descrita no item 4.1. do presente Formulário de Referência.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. - Outras informações relevantes

A Companhia informa que, em razão dos fatos já divulgados no Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, a sua administração vem conduzindo trabalhos para fins de revisão da sua governança, de modo que esta Política de gerenciamento de riscos e controles internos poderá sofrer alterações.